

Tarifaço

Maria Luiza Falcão Silva, Iago Montalvão, José Eduardo Roselino, Gilberto Maringoni, Denise Gentil, Daniela Doms, Luiz Martins de Melo, Rita Coitinho, Juliane Furno, Mirelli Malaguti, Marta Castilho e Kethelyn Ferreira aprofundam a discussão sobre a política tarifária do governo Trump, à luz da erosão da hegemonia norte-americana, aumento da desigualdade nos EUA, crise do livre comércio e multilateralismo, nova arquitetura da economia global, desdolarização, fardo do “privilegio exorbitante” do dólar, doutrina Monroe, antiamericanismo e soberania brasileira. Que lugar que Trump ocupará na história?



Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Pedro Henrique Evangelista Duarte.



Tarifaço

Nossos articulistas aprofundam a discussão sobre as causas e consequências da política tarifária do governo Trump.

Maria Luiza Falcão, da UnB, crê que o tarifaço não é apenas uma agressão ao comércio internacional. É uma ameaça à própria arquitetura da economia global.

Iago Montalvão, da Unicamp, aponta que Trump tenta imputar ao comércio internacional a culpa pela queda no poder de compra e aumento da desigualdade nos EUA e ascensão da China, mas poupa o oligopólio financeiro.

José Eduardo Roselino, da UFSCar, questiona o lugar que Trump ocupará na história. Uma possibilidade é ser lembrado como o “Gorbachev americano”, cujos “reformismos” desestabilizaram os EUA e Otan.

Gilberto Maringoni, da UFABC, e Denise Gentil, da UFRJ, entendem os tarifaços como uma estratégia reativa e defensiva para que o país mantenha a hegemonia mundial.

Daniela Doms, da UFPR, considera que, adiante da desdolarização que ameaça o poder americano, as tarifas emergem como mecanismo de coerção. Mas essa política alimenta um antiamericanismo que corrobora e acelera a erosão hegemônica dos EUA.

Luiz Martins de Melo, da UFRJ, destaca que figuras importantes em ambos os partidos dos EUA passaram a considerar o “privilégio exorbitante” do dólar como um fardo exorbitante e querem “reequilibrar” a economia.

Rita Coitinho, da UFSC, enfatiza que o corolário de Trump para a doutrina Monroe prevê que todos os recursos sejam drenados para os EUA, mesmo ao custo da ruína dos mecanismos criados por eles e que garantiam o livre comércio.

Juliane Furno, da UFF, e Marco Fernandes, analista geopolítico, consideram que estamos em um período de crise e questionamento da hegemonia dos EUA. Trump usa as tarifas para atacar a soberania do Brasil.

Mirelli Malaguti, da UFRJ, apresenta números que demonstram o aprofundamento da desigualdade nos EUA nas últimas quatro décadas. Ela questiona se o tarifaço não é uma cortina de fumaça.

Marta Castilho e Kethelyn Ferreira, da UFRJ, avaliam os impactos do tarifaço e defendem o redirecionamento das exportações, a aproximação com o Sul Global e o reforço do multilateralismo e da OMC.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Pedro Evangelista.

Sumário

Trump, tarifas e a desordem comercial global	3
<i>Maria Luiza Falcão Silva</i>	
“Fazer a América grande novamente”: a defesa do capital financeiro às custas do resto do mundo	5
<i>Iago Montalvão</i>	
O lugar de Donald Trump nos livros de história	7
<i>José Eduardo Roselino</i>	
Tarifas em fúria	9
<i>Gilberto Maringoni e Denise Gentil</i>	
Guerra comercial, recursos estratégicos e reconfiguração da ordem mundial: o lugar do Brasil	12
<i>Daniela Doms</i>	
Tarifas, dólar e a unipolaridade americana	14
<i>Luiz Martins de Melo</i>	
A Doutrina Monroe e o “corolário Trump”	16
<i>Rita Coitinho</i>	
A decadência do império norte-americano: sua arma é o ataque	18
<i>Juliane Furno e Marco Fernandes</i>	
Tarifaço de Trump: uma cortina de fumaça?	21
<i>Mirelli Malaguti</i>	
A tarifa de importações como instrumento de política externa de Trump: reflexões para o Brasil	23
<i>Marta Castilho e Kethelyn Ferreira</i>	
Neoliberalismo, capital fictício e transformação tecnológica: rumo a um novo padrão de dependência	27
<i>Pedro Henrique Evangelista Duarte</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascountto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascountto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027): José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2022 a 2025

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador Geral), Sidney Pascountto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Fernando D'Angelo Machado.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: José Antonio Lutterbach Soares, Gilberto Alcântara da Cruz e Antônio dos Santos Magalhães

Conselho Fiscal: César Homero Fernandes Lopes, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares Lacerda.

Trump, tarifas e a desordem comercial global

Maria Luiza Falcão Silva*

■ Donald Trump não inventou o protecionismo. Mas fez dele uma doutrina de poder. O que começou, ainda em seu primeiro mandato (2018–2021), como retaliação tarifária contra a China se transformou, em seu segundo governo, num verdadeiro cerco comercial ao planeta. Mais do que uma política econômica, o “tarifaço” de Trump configura uma arma geopolítica, voltada a remodelar o sistema de comércio internacional sob a lógica de supremacia americana. Os efeitos já se fazem sentir: ruptura de cadeias globais, aumento da inflação, instabilidade financeira, guerra cambial e, sobretudo, a fragmentação do multilateralismo. Estamos diante de uma ofensiva que mina os fundamentos da globalização, enfraquece a cooperação internacional e reforça a assimetria entre centro e periferia.

Com tarifas ampliadas sobre produtos da China, Índia, México, Brasil, União Europeia e mais quase uma centena de países, o governo Trump promove um colapso progressivo das regras do jogo construídas ao longo das últimas décadas. E faz isso de forma ruidosa, unilateral e estratégica. Como apontam Joseph Stiglitz e Paul Krugman em artigos recentes, a política tarifária americana atual não visa a proteger setores frágeis da economia, como na lógica do protecionismo clássico, mas intimidar concorrentes globais e instrumentalizar a economia para fins eleitorais e geopolíticos. Estamos diante do que Krugman chamou de “doutrina da chantagem tarifária”: a tarifa como moeda de troca autoritária, um mecanismo coercitivo disfarçado de defesa comercial.

O novo protecionismo: entre o nacionalismo e a chantagem econômica

A diferença entre o protecionismo tradicional e o tarifaço de Trump está no método e no objetivo. A tarifa deixa de ser um instrumento de política industrial para se

tornar um instrumento de guerra. O unilateralismo é a regra: Washington anuncia as medidas, impõe condições e exige submissão. O caso da Índia é emblemático. Ao retaliar a compra de petróleo russo por Nova Délhi, impondo tarifas de 25% sobre seus produtos e ampliando-as para 50%, os Estados Unidos escancararam a lógica da coerção econômica. O mesmo ocorreu com a China, ainda o principal alvo de Washington, apesar do recuo parcial nas tarifas sobre bens de consumo em 2025, motivado mais por pressões empresariais domésticas do que por qualquer gesto diplomático.

O resultado é uma disrupção generalizada das cadeias globais de valor. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) alertam para o avanço da “*slowbalization*” – a desaceleração estrutural do comércio internacional –, com queda de 1,8% nos fluxos globais em 2024 e projeções ainda piores para 2025. Empresas multinacionais, temendo os efeitos das tarifas e sanções de Trump, vêm relocando suas fábricas para dentro dos EUA e outros países do G7 – um movimento conhecido como “*reshoring*” – como forma de se protegerem das incertezas e rupturas nas cadeias globais.

Segundo a Bloomberg (julho de 2025):

Tanto os governos Biden quanto Trump transformaram o *Made in America* em um mantra bipartidário. Anúncios de investimentos em fábricas de chips e baterias no Arizona, Texas e Geórgia mostram uma clara mudança da dependência da Ásia para a produção nacional.

Isso não só encarece os processos produtivos como aprofunda a segmentação tecnológica entre países “amigos” (*friendshoring*) e “inimigos”, criando zonas econômicas blindadas por muros tarifários. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) confirmou que o *friendshoring* está redesenhando o comércio:



CLIQUE E OUÇA

O *friendshoring* já alterou as rotas comerciais. Países percebidos como politicamente alinhados aos EUA estão absorvendo a produção anteriormente realizada na China.

Cadeias produtivas desorganizadas e inflação globalizada

O impacto mais visível dessa fragmentação é a elevação de custos ao longo das cadeias. Produtos eletrônicos, semicondutores, componentes automobilísticos e fertilizantes enfrentam gargalos logísticos e aumentos de preços. Segundo relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2024, as tarifas adicionais introduzidas pelos EUA representam, em média, um acréscimo de 12% no custo final de produtos importados. Isso pressiona a inflação global, já afetada por choques climáticos e instabilidade energética. A política tarifária atua, nesse contexto, como uma tempestade perfeita: desorganiza a produção, encarece os bens de consumo e comprime o crescimento econômico global.

Paul Krugman, em sua coluna no *New York Times*, advertiu que “a nova onda de tarifas não protege a economia americana — ela a sabota.” E vai além: ao ampliarem incertezas sobre o futuro das relações comerciais, os Estados Unidos induzem a paralisia de investimentos estratégicos em energias renováveis, digitalização e infraestrutura global. Em vez de cooperação, a ordem é competição. Em vez de coordenação multilateral, proliferação de represálias. O resultado é um sistema mundial cada vez mais entrincheirado.

O contra-ataque do Sul Global: resistência e rearranjos

Mas nem todos se calam diante do tarifaço. A China, maior exportadora do mundo e detentora de vastas reservas cambiais, respondeu com medidas simétricas: tarifas retaliatórias, investimentos em consumo doméstico e ampliação de acordos comerciais no entorno asiático. A Nova Rota da Seda se torna, assim, também um escudo tarifário. A Índia denunciou o “duplo padrão” ocidental, lembrando que EUA e União Europeia continuam importando petróleo russo sob for-

mas indiretas, como gás liquefeito e urânio enriquecido. A retaliação contra Nova Délhi, portanto, tem mais a ver com o crescimento da Índia no cenário geoeconômico do que com qualquer outro princípio técnico de comércio internacional.

Além disso, cresce a articulação entre países do Sul Global — em especial via Brics, *Parceria Econômica Regional Abrangente (RCPEP, na sigla em inglês)* e novas coalizões energéticas e monetárias. Os acordos de pagamentos bilaterais em moedas locais, liderados por China e Rússia, somaram mais de US\$ 500 bilhões em transações apenas em 2024. Trata-se de um sinal de que a hegemonia do dólar, embora ainda intacta, já não é incontestada.

O relatório da Unctad (2025) mostra que mais de 30 países realizaram parte de seu comércio internacional em moedas não ocidentais no último ano, como resposta à instabilidade induzida pelas tarifas e sanções unilaterais impostas pelo governo dos Estados Unidos.

O Brasil, por sua vez, foi um dos primeiros alvos da nova cruzada tarifária de Trump, que mirou não apenas as exportações brasileiras, mas, também, o simbolismo político do Brics — bloco que se tornou, aos olhos de Washington, um desafio direto à hegemonia ocidental.

O futuro do comércio: entre o colapso e a reinvenção

A política de tarifas de Trump marca mais do que uma ruptura: marca uma transição. O comércio internacional, tal como desenhado após Bretton Woods, com regras multilaterais e previsibilidade institucional, está em colapso. Em seu lugar, emerge uma nova ordem: mais volátil, mais politizada, mais fragmentada. Nesse novo cenário, ganha força a tese defendida por economistas pós-keynesianos: mercados não funcionam bem sob incerteza radical e a coordenação internacional é condição para o desenvolvimento sustentável.

Como advertiu Joseph Stiglitz em Davos (2025), “os muros tarifários de hoje se tornarão as ruínas econômicas de amanhã.” Não se trata apenas de proteger empregos americanos, trata-se de sabotar um sistema global interdependente, que exige confiança, estabilidade e cooperação. O tarifaço de



Trump é, assim, não apenas uma agressão ao comércio internacional. É uma ameaça à própria arquitetura da economia global. E, como toda crise hegemônica, pode gerar alternativas, mas também retrocessos brutais.

* É economista, PhD pela Heriot-Watt University, Escócia, e professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB), onde integra o Grupo Brasil-China de Economia das Mudanças do Clima (GBCMC) do Neasia/UnB. É autora de *Modern Exchange Rate Regimes, Stabilisation Programmes and Coordination of Macroeconomic Policies*, Ashgate, Inglaterra. Membro da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed).

Referências

- Krugman, P. (2024). *Tariffs, Inflation and the Great Unraveling*. *The New York Times*.
- Stiglitz, J. (2025). *Globalization in Reverse: Economic Fragmentation and its Discontents*. Davos, World Economic Forum.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2025). *Trade and Development Report 2025*.
- World Trade Organization (WTO). (2024). *World Trade Report: De-risking and Global Supply Chains*.
- International Monetary Fund (IMF). (2025). *World Economic Outlook: Fragmentation and the Future of Trade*.
- Rodrik, D. (2018). *Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy*. Princeton University Press.

“Fazer a América grande novamente”: a defesa do capital financeiro às custas do resto do mundo

Iago Montalvão*

■ A política de imposição tarifária adotada pelo governo dos Estados Unidos nos últimos meses não decorre de um surto de loucura ou de mera vaidade. Pelo contrário, está ancorada em uma estratégia política e econômica bem definida, na qual a desvalorização do dólar ocupa posição central. Os objetivos anunciados, de forma demagógica, apelam para a questão da desigualdade social que tem dominado o debate político no país e apresentam como solução a recuperação do setor industrial norte-americano, cuja competitividade vem declinando frente ao mercado internacional. No entanto, o oligopólio financeiro – principal responsável pelo aprofundamento da concentração de renda – permanece fora do alcance dessas medidas, evidentemente porque integra o núcleo da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos.

Donald Trump representa a expressão mais acabada desse domínio, somada a suas características autoritárias. Amparado por um sistema judicial que se mostrou incapaz de responsabilizá-lo, assim como a seus apoiadores, pelos graves ataques às instituições democráticas, o ex-presidente retornou à Casa Branca. Mais uma vez, recorreu ao slogan *Make America Great Again*, originalmente cunhado por Ronald Reagan em 1980, em outro contexto marcado por inflação elevada e desemprego crescente, que já prenunciava o fim da era dourada da economia do pós-guerra.

A década de 1980 representou a superação do capitalismo regulado e do Estado de bem-estar social associados aos acordos de Bretton Woods. Esse período viu a concentração de renda nos Estados Unidos disparar para patamares inéditos, impulsionada por inovações financeiras que permitiram ga-



nhos estratosféricos por meio de instrumentos de capital fictício, cada vez mais descolados dos ativos reais da economia.

Outros ingredientes moldaram essa nova economia norte-americana: a globalização financeira, a desintegração vertical das empresas e a formação de cadeias globais de valor com *offshoring* e *outsourcing* – aproveitando a vasta mão de obra barata asiática. Essas transformações aceleraram brutalmente a produtividade da indústria no país, que, segundo o Economic Policy Institute, aumentou cerca de 88% desde o início dos anos 1980. Contudo, o salário real médio do trabalhador estadunidense cresceu apenas 33% no mesmo período, evidenciando uma disparidade profunda entre a geração de riqueza e sua distribuição.

Nesse processo de financeirização, a governança corporativa também se transformou. Sob o domínio do “capitalismo de gestão de ativos” (*assets under management*), fundos de investimento ganharam proeminência e impuseram uma lógica curtoprazis-

ta de maximização do valor para o acionista. Executivos e conselheiros passaram a ser remunerados maciçamente em ações e bônus, alinhando seus interesses cada vez mais ao setor financeiro. Conforme dados do mesmo instituto, a proporção entre a remuneração de um CEO e a de um trabalhador médio nos EUA saltou de 36 vezes, em 1980, para 405 vezes, em 2021.

Evidentemente, diversos fatores contribuíram para a desigualdade extrema que assola o país. O economista Paul Krugman detalhou esse percurso em uma série de textos em seu blog, destacando a relevância do poder político e da atuação do governo para formar esse tipo de capitalismo financeirizado sob o domínio dos que ele chama de CEOs imperiais.¹

É nesse terreno que Trump busca implementar sua estratégia para recuperar uma suposta grandeza, há muito perdida. Internamente, os EUA têm visto uma queda considerável no poder de compra dos mais pobres e da classe média, ao passo que o país enfrenta a acelerada ascensão da competitividade da indústria manufatureira e da tecnologia chinesas. O discurso de salvação anunciado pelo governo tenta imputar ao comércio internacional as razões para tais fenômenos e promete devolver melhores empregos aos cidadãos norte-americanos. Todavia, essas explicações, na verdade, escondem o desejo imperial de manutenção da hegemonia estadunidense e dos ganhos financeiros estratosféricos, com novos métodos autoritários de dominação.

Para decifrar essa estratégia, é fundamental examinar as ideias de Stephen Miran, ex-presidente do Conselho de Consultores Econômicos de Trump e recentemente indicado para o Federal Reserve. Considerado um dos arquitetos do “Acordo de Mar-a-



-Lago”², Miran publicou, no final de 2024, *Um guia do usuário para a reestruturação do sistema de comércio global*³. Neste documento, ele explicita o desejo de “reconfigurar os sistemas globais de comércio e financeiro em benefício dos Estados Unidos” e confronta Wall Street ao defender que o Estado não só pode, como deve influenciar a taxa de câmbio do dólar por meio de ferramentas multilaterais ou unilaterais.

Entre as medidas unilaterais, Miran chega a sugerir a compra de moedas estrangeiras, a venda massiva de dólares, restrições legais a transações cambiais e até a taxação de juros pagos a investidores estrangeiros em títulos do Tesouro. No entanto, as tarifas emergiram como sua ferramenta preferencial, isto é: “um instrumento pelo qual se pode obter com sucesso alavancagem de negociação – e receita – junto a parceiros comerciais”, provavelmente sendo usadas antes de qualquer intervenção cambial.

O objetivo principal é financiar o déficit em conta corrente dos EUA, que cresce desde 2008 e explodiu após 2020, mas também reduzir o déficit fiscal e proteger a indústria nacional da concorrência internacional – notadamente a chinesa – e da desvantagem cambial. Contudo, os riscos são consideráveis: a elevação do custo de global do financiamento da economia estadunidense, pressões inflacionárias adicionais sobre o consumo e o afastamento de aliados históricos, que podem se sentir prejudicados pela postura coercitiva.

Políticas multilaterais de desvalorização cambial não são novidade, como demonstram os Acordos do Plaza e do Louvre nos anos 1980 (período em que Reagan também buscava “tornar a América grande novamente”). No entanto, o uso de ferramentas unilaterais e coercitivas na escala atualmente proposta é inédito e serve à manutenção do projeto de domínio imperialista. Nesse sentido, as tarifas funcionam como aquilo que David Harvey chamou de “acumulação por espoliação”, em que o poder estatal é mobilizado para criar vantagens ao capital doméstico, em detrimento dos demais países e da cooperação multilateral.

Entretanto, abalar os alicerces do sistema monetário internacional também impõe um risco a um dos cernes do poder dos



EUA: o status do dólar como moeda global. Esse cenário cria aberturas para o fortalecimento de alternativas, ainda que incipientes, como as iniciativas dos Brics. O papel de liderança do Brasil e de Lula no bloco, somado ao desgaste da extrema direita brasileira após as tentativas de golpe frustradas, contribuíram para que o país se tornasse um alvo preferencial.

Trump, portanto, tenta solucionar novamente um dilema histórico para a hegemonia dos EUA, agora agravado. Seu discurso ressoa entre parcelas da população ao articular um mal-estar real: o sentimento de abandono de cidadãos que efetivamente sofrem com a desigualdade, a inflação e o desemprego. A história, contudo, demonstra que as origens desses problemas estão profundamente enraizadas na financeirização da economia, um desdobramento intrínseco do modo capitalista de produção. É evidente que tais contradições estruturais não serão enfrentadas por seu governo, uma vez que a burguesia financeira – principal beneficiária desse modelo – constitui a base de seu projeto de poder. Seu objetivo, portanto, não é – e nunca foi – recuperar o poder de compra dos trabalhadores, mas sim preservar a lógica da acumulação fictícia que sustenta o centro do capitalismo global.

E é precisamente essa mesma lógica que alimenta a disparada da remuneração do 0,1% mais rico, enquanto condena 90% da população à estagnação e à precarização. Mas são também essas condições que demonstram a profunda instabilidade e fragilidade do capitalismo, e, como alertou Marx, são de onde emergem os germes de sua própria destruição. A mudança, como elemento permanente na sociedade, assim como na

natureza, obedece a uma dinâmica dialética inexorável: o novo brota inevitavelmente das entranhas das contradições do velho.

* É economista e doutorando em Economia (IE/Unicamp), coordenador executivo do Transforma-Unicamp e pesquisador no Ineep.

Referências

- KRUGMAN, Paul. *Why Did the Rich Pull Away from the Rest? Understanding Inequality: Part I*. Stone Center on Socio-Economic Inequality, The Graduate Center, CUNY. Publicado em 7 jul. 2025. Disponível em: <https://stonecenter.gc.cuny.edu/why-did-the-rich-pull-away-from-the-rest-paul-krugman-understanding-inequality-part-i/>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- MIRAN, Stephen. *A User's Guide to Restructuring the Global Trading System*. Hudson Bay Capital, nov. 2024. Disponível em: https://www.hudsonbaycapital.com/documents/FG/hudsonbay/research/638199_A_Users_Guide_to_Restructuring_the_Global_Trading_System.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.
- SANTOS, Diogo. *Acordo Mar-a-Lago, taxaço e desvalorização do dólar: o que Trump planeja?* YouTube: TV Grabois, abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTEzEQvZ3r8>. Acesso em: 27 ago. 2025.

1 <https://stonecenter.gc.cuny.edu/why-did-the-rich-pull-away-from-the-rest-paul-krugman-understanding-inequality-part-i/>

2 A expressão *Acordo de Mar-a-Lago* foi cunhada pelo economista do Credit Suisse, Zoltan Poszar, em junho de 2024, para identificar a estratégia de Trump para o reordenamento do sistema comercial e financeiro global. A expressão toma de referência o Acordo de Plaza de 1985, quando França, Japão, Alemanha Ocidental e Reino Unido concordaram em desvalorizar o dólar conjuntamente.

3 MIRAN, Stephen. *A User's Guide to Restructuring the Global Trading System*. [S.l.]: Hudson Bay Capital, nov. 2024. Disponível em: https://www.hudsonbaycapital.com/documents/FG/hudsonbay/research/638199_A_Users_Guide_to_Restructuring_the_Global_Trading_System.pdf. Acesso em: 26 ago. 2025.



O lugar de Donald Trump nos livros de história

José Eduardo Roselino*

■ O segundo governo Trump sequer completou seu primeiro ano, mas já assegurou presença nos livros de história que serão lidos pelas próximas gerações. Testemunhamos eventos que deixarão marcas profundas e imprimem velocidade acelerada ao tempo e ao processo histórico.

Se as páginas a serem escritas a respeito da gestão de Donald Trump irão enaltecê-lo ou detratá-lo é uma questão que ainda resta em aberto. Assumindo o preço da imprudência, este artigo arriscará apresentar ao final uma possível resposta a esta indagação.

Os gestos e medidas deste governo radicalizam um processo de desglobalização forçada que já se ensaiava desde sua primeira gestão. A reação parte de um diagnóstico correto: as condições que sustentaram a hegemonia estadunidense enfrentam erosão acelerada e a China desponta como a maior vencedora dos tempos marcados pela globalização. O correto diagnóstico, no entanto, não é condição suficiente para que se avance na elaboração de um receituário adequado.

Convém lembrar que a globalização produtiva, convertida em alvo principal da artilharia tarifária trumpista, foi um processo capitaneado originalmente pela grande corporação estadunidense, viabilizando a dispersão espacial de funções corporativas para a captura de vantagens locais associadas à ampliação de mercados, busca de ativos estratégicos e, sobretudo, vantagens de custos.

A grande empresa americana via na globalização de suas operações uma tábua de salvação diante a apreciação do dólar pós-choque de juros de 1979 e da gradativa perda de competitividade perante concorrentes europeus e japoneses.

No entanto, o deslocamento dos elos manufatureiros intensivos em trabalho dessas cadeias produtivas globalizadas em direção à Ásia e, particularmente, para a China, só foi

possível mediante uma aliança improvável entre o regime comunista da China popular e a grande potência capitalista do ocidente. A *realpolitik* estadunidense, concebida pelo mago Henry Kissinger no contexto de Guerra Fria, visava a limitar a influência soviética na Ásia e também integrar progressivamente a China ao sistema internacional. Kissinger, que morreu acreditando que a China seria “mais confucionista do que propriamente marxista”, esperava que as forças irresistíveis do capitalismo mundial contribuiriam para progressivamente “normalizar” o sistema chinês nos campos da política e da economia.

Esta insólita aliança foi costurada ainda durante o período maoísta, mas ganhou tração com o avanço do programa de reforma e abertura e a criação das primeiras Zonas Econômicas Especiais sob a liderança de Deng Xiaoping. O líder reformista chinês enxergou nesse processo de integração um meio para impulsionar o desenvolvimento de forças produtivas avançadas para dar suporte ao seu projeto de modernização socialista. A estratégia chinesa logrou subordinar a atração do capital externo aos objetivos nacionais definidos pelo Estado, articulando a presença das empresas estrangeiras com políticas industriais, científicas e tecnológicas voltadas à construção de capacidades produtivas e inovativas endógenas.

Passados quase meio século do impulso inicial que promoveu o processo de globalização, o balanço parece indicar que as aspirações chinesas prevaleceram largamente sobre as estadunidenses. A afirmação progressiva de sua condição de potência manufatureira, tecnológica e geopolítica é certamente o fenômeno mais importante da nossa era, e é a força motriz a desafiar a ordem mundial que orbitava em torno da hegemonia estadunidense.

A emergência da China a essa condição de potência se manifesta também no seu papel de liderança do conjunto de nações



CLIQUE E ASSISTA



reunidas sob o que se convencionou denominar Sul Global, em uma coalização cada vez mais abrangente de economias emergentes a reivindicar a necessidade premente da reforma das instituições e mecanismos de governança global, visando ajustá-los aos novos tempos.

Diante deste quadro, os Estados Unidos sob Trump II agem com a agressividade de fera acuada, com o intuito de fazer retroceder o relógio da história. No atual mandato republicano radicalizam-se medidas reativas que se iniciaram em seu primeiro governo, e que tiveram continuidade durante a gestão democrata de Biden, evidenciando que a estratégia, ao menos em seus termos mais gerais, é parte de uma agenda bipartidária.

Pisoteiam-se sem pudor instituições que os Estados Unidos ajudaram a conceber no contexto do imediato pós-guerra, numa tentativa desesperada de salvar sua condição de potência hegemônica incontestada em reação à nova ordem multipolar em gestação, marcada pela ampliação da influência do Sul Global e materializada no grupo Brics.

Envolto em uma aura messiânica, Trump, com seu movimento MAGA, se coloca na condição de líder de um processo de transformações radicais para reconduzir os Estados Unidos ao seu “destino manifesto”.

A tarefa não é simples e exigiria a coordenação de estratégias e mobilização de recursos para interromper, ou mesmo reverter, trajetórias que erodem a condição hegemônica em suas múltiplas dimensões: desde a corrosão da liderança produtiva e tecnológica, passando pelas ameaças ao papel do dólar como moeda chave do sistema monetário e financeiro internacional até a fragilização da condição de incontestada primazia no campo militar.

O desafio é multifacetado e complexo, e seu enfrentamento exigiria elevada capacidade de análise para a concepção, desenho de políticas e implementação. A forma atabalhoada com que o governo Trump se movimenta alimenta desconfiças de que o *modus operandi* não é funcional. Os sinais sugerem que estamos diante de um governo que se guia por decisões intempestivas e personalistas e carece de maior racionalidade.

Em vários aspectos, as medidas lideradas

por Trump parecem ter efeitos incongruentes com os objetivos traçados. A ampliação da influência chinesa nas últimas décadas se deu exatamente ao deslocar os EUA como principal parceiro comercial e de investimentos, como aconteceu com o Brasil e a maioria das economias em desenvolvimento. As medidas tarifárias extremas apontam para a intensificação desse movimento de redução da importância relativa dos EUA como parceiro, inclusive com relação a nações historicamente alinhadas aos interesses estadunidenses.

A utilização da moeda e dos sistemas de pagamentos como meios para o emprego de sanções (*weaponização* do dólar) certamente amplia a percepção sobre a necessidade de se reforçar o caminho por soluções alternativas, dando impulso adicional ao movimento de desdolarização.

Sem justificativas técnicas razoáveis, as medidas anunciadas contra o Brasil seriam desastrosas para nossa economia em um passado não tão distante, quando os Estados Unidos figuravam ainda como nosso principal parceiro comercial. No contexto atual, os efeitos sob o Brasil não são desprezíveis, mas são administráveis, e devem resultar numa relevância ainda menor dos Estados Unidos para nossa economia nos próximos anos.

A posição brasileira segue um caminho coerente, ao reafirmar a disposição ao diálogo sobre assuntos comerciais e rejeitar a inadmissível tentativa de interferência em assuntos internos. Também não parece ser prudente usar a “lei de reciprocidade” para escalar uma guerra tarifária, que não traria benefícios à sociedade brasileira.

Caso essa política não seja revertida nos EUA pela via legal ou política nos próximos meses, a resposta brasileira deveria privilegiar medidas que tragam vantagens para nossa economia e nossa estratégia de desenvolvimento. Ao invés de se utilizar de instrumentos tarifários, que afetariam cadeias de suprimentos das empresas brasileiras e teriam efeitos inflacionários, deveríamos responder com medidas regulatórias e tributárias sobre as *big techs* estadunidenses e iniciativas voltadas à flexibilização de patentes no setor farmacêutico, por exemplo.

A agressividade com que os Estados Uni-

dos de Donald Trump tratam o Brasil e outras nações não parece ser o caminho mais inteligente para restaurar os tempos da *Pax Americana* que emergiu do acordo de Bretton Woods.

Ilustrativo do sanatório geral em que se transformou a política externa estadunidense foi o gesto de Trump de, alguns dias após anunciar as mesmas absurdas tarifas de 50% para importações de origem indiana, ir às redes sociais se queixar de que aparentemente estavam “perdendo a Índia para a China”, comentando sobre as imagens calorosas do encontro entre Xi Jinping e Narendra Modi durante o evento da Organização de Cooperação de Xangai. A política tarifária de Trump parece ter tido a capacidade de fazer dissipar divergências e desconfiças históricas entre os dois gigantes asiáticos, promovendo maior coesão entre os membros fundadores do Brics.

Diante desse cenário, a China ganha jogando parada, despontando como um polo de racionalidade, compromisso com o multilateralismo e cooperação em contraste ao caos promovido pela agenda trumpista.

Parece que os rumos do processo histórico podem dar razão ao prognóstico sugerido por Gao Zhikai (高志凱), conhecido na mídia ocidental como Victor Gao. O veterano acadêmico, ex-diplomata e vice-presidente do *think tank* Center for China and Globalization (CCG), que já serviu por anos como intérprete de Deng Xiaoping, considera que Trump talvez venha a ser lembrado no futuro como o “Gorbachev americano”, sem qualquer intenção de que essa comparação tenha conotação elogiosa.

Em declaração que teve ampla circulação nas redes, Gao disse que os “reformismos” de Trump podem desestabilizar tanto os EUA quanto a Otan — não para fortalecimento, mas para perda de rumo — assim como Gorbachev teria precipitado o colapso da União Soviética e da sua influência internacional com o desmoronamento do pacto de Varsóvia.

Será esse o lugar que Trump ocupará nos livros de história do futuro? No contexto atual, essa parece ser uma possibilidade bastante razoável.

** É economista, bacharel em Economia pela Unesp, mestre e doutor em Economia pela Unicamp e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).*

Tarifas em fúria

Gilberto Maringoni*
Denise Gentil**

■ Desde 2 de abril de 2025, Donald Trump tem na agressiva política tarifária o principal instrumento de intervenção internacional de seu segundo mandato. Mais que ferramentas econômicas, as tarifas são formas de ataque, pressão e chantagem política abrigada sob o argumento de proteger a indústria local. Na verdade, seu raio de ação vai além. Utilizando-se do poder sobre a moeda internacional, o dólar, e passando por cima de instituições globais, em especial a ONU e a Organização Internacional do Comércio (OMC), Washington busca redefinir a divisão internacional do trabalho e impor negociações bilaterais com cada país. Em uma frase, evitar a perda de sua hegemonia global.

A imposição de tarifas teria o efeito de reduzir a supervalorização do dólar, a qual tem o impacto de reduzir competitividade das exportações, gerar déficits comerciais, além de provocar desindustrialização. Nas últimas quatro décadas, os EUA têm acumulado déficits estruturais em transações correntes, puxados pelos resultados negativos da balança comercial.

Uma economia que perde impulso

O véu da agressividade tarifária tenta ocultar o propósito defensivo de uma economia que perde impulso tecnológico, produtivo e político em forte dinâmica desindustrializante e financeirizante desde os anos 1980. Incapazes de competir com a China, os EUA recorrem ao protecionismo comercial, aliado a ameaças militares. Como em toda guerra, o essencial é conquistar unidade interna contra inimigos externos.

O protecionismo se presta a esse papel, tanto por argumentos nacionalistas quanto históricos. A trajetória econômica dos Estados Unidos é a história do protecionismo industrial ao longo de quase um século e meio após a independência, em 1776.

No *Relatório sobre manufaturas*, enviado ao Congresso da Confederação em 5 de dezembro de 1791, Alexander Hamilton, primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, escreveu:

Ao assegurar o mercado interior para a nossa indústria nacional, a capacidade manufatureira fica garantida contra todos os eventos, flutuações de preços e contra todas as mudanças nas condições políticas e econômicas de outras nações. (...) Este é exatamente o caso de um país protegido por um sistema de tarifas inteligente de outro que siga os princípios do livre comércio. (HAMILTON, LIST, CAREY, 2009: 130)

A estratégia industrializante se confunde com a formação da nacionalidade. Isso pode ser constatado quando se examina a Guerra Civil (1861-64), que unificou o Estado nacional e implantou o capitalismo moderno, industrial e monopolista. O conflito tem entre suas causas controvérsias sobre o regime aduaneiro (MC PHERSON, 1988: 29, 192, 258 e SOUZA MENDES, 2005: 168).

Industriais e banqueiros nortistas tinham no protecionismo uma peça-chave para o desenvolvimento contra a concorrência externa – em especial britânica. Seus manufaturados chegavam com preços menores que os nacionais, graças à alta produtividade de sua economia. Aos produtores rurais sulistas eram preferíveis regras de livre-mercado, tanto para a importação de maquinário a preços inferiores aos do Norte, quanto para a exportação de produtos primários em condições vantajosas. A dado momento, a expansão do Norte passou a ser travada pela estagnação da demanda sulista. Estavam colocadas ali contradições intransponíveis: o desenvolvimento dependia da ampliação do trabalho assalariado e da extensão do protecionismo a todo país.

A vitória do Norte resolveu a questão. Em fins do século XIX, os EUA despontaram como a principal potência industrial do mundo e apenas abandonaram o nacionalismo



Denise Gentil



Gilberto Maringoni



CLIQUE E OUÇA



econômico radical nas primeiras décadas do século seguinte.

É possível dizer que o país somente reuniu condições para se tornar potência hegemônica no pós-II Guerra Mundial pelo fato de ter protegido seu mercado interno a ferro e fogo por tanto tempo. Apesar de abrandado, o protecionismo é estrutural, disfarçado em setores não competitivos e integra a memória coletiva estadunidense. É desse ponto que Trump parte para consolidar sua ação.

Contra tudo e quase todos

O que hoje pode ser chamado de guerra de tarifas coloca os EUA em oposição a aliados estratégicos na Europa, na América Latina e na Ásia. Tarifas são uma forma de pressão para submeter países que discordam de sua hegemonia e que resistem ao projeto expansionista e militarista de dominação.

O sistema-mundo contemporâneo é marcado por uma rivalidade hegemônica crescente entre os Estados Unidos e a China, centrada, fundamentalmente, no controle da ordem monetária global e da liderança da acumulação de capital. A queda de hegemonia manifesta-se também na busca de meios de pagamento fora da economia do dólar, visível após a crise de 2008. A tendência à desdolarização acelerou-se com a guerra na Ucrânia e as sanções ocidentais impostas à Rússia, às iniciativas do Brics e à mais ousada ofensiva global da China, a Nova Rota da Seda, que já enfeixa mais de 150 países. Assim se pode entender a política tarifária do governo Trump como uma estratégia reativa e defensiva para que o país mantenha uma hegemonia em crise. É uma tentativa de reconfigurar a ordem internacional.

Os EUA foram líderes no fordismo e da produção em massa desde os primórdios do século XX, mas desde o início dos anos 1980 começaram a perder competitividade industrial frente ao Leste Asiático. De promotores da globalização e do neoliberalismo nos anos 1990, passam a defender o seu contrário, quando a China conquista poder e espaço econômico mundial travando a disputa dentro das regras do jogo do qual os EUA julgavam que seriam os maiores beneficiários.

A ideia imediata da política de tarifas provém do artigo de Stephen Miran, chefe do conselho de assessores econômicos da presidência dos EUA, intitulado *A User's Guide to Restructuring the Global Trading System*¹, de novembro de 2024. Uma de suas ideias centrais pontua que

Tarifas geram receita e, se compensadas por ajustes cambiais, apresentam efeitos inflacionários ou colaterais adversos mínimos. (...) As tarifas são, em última análise, financiadas pela nação tarifada, cujo poder de compra real e riqueza diminuem, e que a receita arrecadada melhora a repartição dos encargos pela provisão de ativos de reserva (MIRAN, 2024).

O texto deu suporte à proposta econômica consolidada no chamado Acordo de Mar-a-Lago, que compõe o programa de governo de Donald Trump. Não se trata apenas de uma política de comércio exterior. Expressa uma mudança estratégica dos EUA, baseada em uma nova doutrina nacionalista e protecionista.

A teoria por trás do acordo está enraizada em ideias como repatriar cadeias produtivas; proteger a indústria e os empregos americanos; depreciar o dólar; reduzir déficits comerciais (ao mesmo tempo em que a moeda manteria o papel dominante de reserva internacional) e restringir concorrências consideradas injustas, como a chinesa e a dos demais países com salários baixos. O documento repete por três vezes a frase atribuída a Trump, de que “segurança nacional está interligada ao comércio internacional”. A ideia foi formulada por Peter Navarro (ex-conselheiro de Trump) e exposta em entrevista ao Center for Strategic and International Studies (CSIS) em novembro de 2018².

Desarranjo geral

A estratégia da Casa Branca não tem sido bem-sucedida até o momento. A aplicação de tarifas eleva o preço de produtos importados e faz subir o custo de insumos, que são repassados para o preço do consumidor final. O resultado é inflação mais alta, acima da meta americana, estimada em 3,2% para 2025, frente aos 2,5% de 2024. Os efeitos sobre os preços se espalham, gerando perda

de bem-estar das famílias e recuo na base de apoio político do governo Trump. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revisou suas projeções de crescimento para os EUA, agora estimando apenas 1,6% em 2025, frente aos 2,2% previstos anteriormente³.

Os números do PIB mostram que os investimentos subiram apenas 0,4% no segundo trimestre de 2025 contra 7,6% no primeiro trimestre. O investimento em equipamentos cresceu 4,8% em comparação com o enorme aumento de 23,7% no primeiro trimestre, enquanto o investimento em novas estruturas (fábricas, *data centers* e escritórios) caiu 10,3% no segundo trimestre, após também ter caído 2,4% no primeiro trimestre (*Bureau of Economic Analysis* – BEA). O crescimento veloz do investimento nas *big techs* é uma exceção; inclusive essas empresas têm mostrado um excepcional desempenho na bolsa de valores.

Alertas de recessão começaram a surgir nos relatórios das agências e bancos. Estados que respondem por um terço do PIB apresentam um alto risco de recessão, enquanto Califórnia, Texas e Nova York mantêm estabilidade, o que se tornou crucial para a economia dos EUA evitar uma retração.

Os setores mais afetados pelas tarifas e pelas medidas retaliatórias de países parceiros comerciais são agricultura, manufatura e construção e estão em recessão. Os serviços de saúde, pagos por famílias de alta renda, e o *boom* da IA nos EUA, entretanto, proporcionaram um impulso para estados e indústrias específicos. A construção de *data centers* também está crescendo nos EUA. São setores que escapam aos efeitos recessivos das tarifas. Os dados do mercado de trabalho expressam, porém, uma realidade preocupante. O relatório de emprego não agrícola, o *Payroll* divulgado pelo *Bureau of Labor Statistics*, revelou desaceleração das contratações no mês de agosto. Foram criados 22 mil postos de trabalho quando o esperado eram 75 mil.

A reação às tarifas parte de diversos campos. A última surgiu no 25º Fórum da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) realizado nos dias 31 de agosto e 1º de se-

tembro, em Tianjin. O encontro reuniu o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un e outros chefes de Estado. Foi firmado acordo para a criação de um banco de desenvolvimento para operar em moedas alternativas ao dólar e assegurar a autonomia financeira dos países-membros.

Breve conclusão

A política de tarifas é uma das alternativas centrais para a resolução da crise de hegemonia enfrentada pelos EUA. Além da guerra comercial global, a perspectiva monopolista das *big techs* e ameaças militares à América Latina e Ásia compõem um cenário de urgência para o Sul global.

A busca pela desvalorização da moeda para a obtenção de superávits comerciais, contraditoriamente, contribui para enfraquecer a hegemonia do dólar. O déficit comercial assegura que a economia mundial tenha liquidez em dólar para a compra e venda de mercadorias e para as transações com ativos financeiros. Além disso, os superávits em moeda forte que os países obtêm vão, em parte, compor suas reservas internacionais. Para que os dólares obtidos possam ter rendimentos, os bancos centrais, assim como os agentes econômicos, comprem títulos do Tesouro dos EUA, seja para controle da taxa de câmbio, seja para se protegerem de riscos. Assim, esses dólares retornam para a economia americana quando os EUA emitem *treasuries* visando a atender a demanda por dólares. Esses títulos irão financiar tanto o déficit nas contas externas como na conta fiscal dos EUA. Pelo lado da conta de capital dos EUA, os movimentos são compensatórios ao déficit em transações correntes. A capacidade sem limites de financiamento e de gasto dos EUA está ligada à montagem desse sistema monetário de extorsão, que absorve parte significativa da riqueza financeira mundial e que vem lhe permitindo avançar ainda mais sua presença militar em todos os continentes (METRI, 2023).

Contraditoriamente, a política do governo Trump, ao buscar superávits na balança comercial via desvalorização cambial e tari-



fas protecionistas, fragilizará o papel do dólar como reserva internacional e limitará o poder hoje desproporcional do Estado americano de se projetar sem limites financeiros para suas estratégias expansivas.

* É professor associado da Universidade Federal do ABC e doutor em História Social pela USP. É autor e/ou organizador de 16 livros, entre eles *A volta do Estado planejador – Neoliberalismo em xeque* (Contracorrente, 2022). É coordenador do Grupo de Estudos de América Latina e Caribe (Gealc) da UFABC.

** É professora colaboradora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e tem doutorado em Economia e pós-doutorado na Ence/IBGE. É autora do livro *Política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira* (Mauad X, 2019) e organizadora do livro *Produto Potencial e Investimento* (Ipea, 2009).

1 Disponível em https://www.hudsonbaycapital.com/documents/FG/hudsonbay/research/638199_A_Users_Guide_to_Restructuring_the_Global_Trading_System.pdf

2 Disponível em <https://www.csis.org/analysis/economic-security-national-security-discussion-dr-peter-navarro>

3 https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook-volume-2025-issue-1_83363382-en.html

Referências

- HAMILTON, A, LIST, F., CAREY, H. *Cartas da economia nacional contra o livre comércio*. Rio de Janeiro: Cepax Dei, 2009.
- IRWING, D., *Trade Policy in American History*, in *Annual Review of Economics*. Nova York, 2020.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. In *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MCPHERSON, James, *Battle cry of freedom - The Civil War Era*, Nova York: Oxford University Press, 1988.
- METRI, M. *História e diplomacia monetária*. São Paulo: Dialética, 2023.
- MIRAN, Stephen, *A User's Guide to Restructuring the Global Trading System*. Hudson Bay Capital, 2024.
- SOUZA MENDES, Ricardo Antonio. *América Latina – interpretações da origem do imperialismo norte-americano* in *Projeto História*, 31, São Paulo, 2005.

Guerra comercial, recursos estratégicos e reconfiguração da ordem mundial: o lugar do Brasil

Daniela Doms*

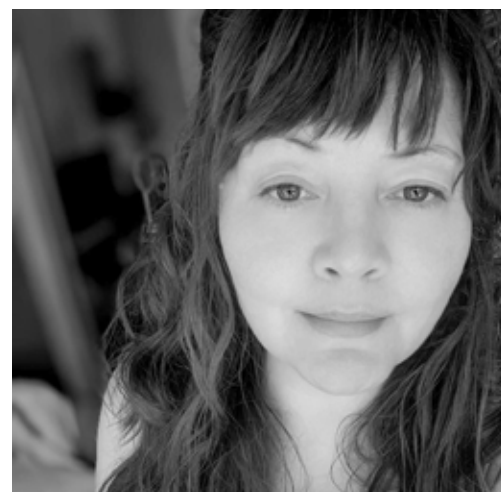
■ Na década de 1970, o colapso de Bretton Woods marcou uma virada crucial na economia norte-americana, abrindo caminho para uma era de financeirização desregulada que provocou a transferência maciça de capitais industriais para a especulação global, pondo fim aos “anos dourados”. A partir da década de 1980, o controle de cadeias produtivas foi se deslocando gradualmente para a Ásia, em uma movimentação que acelerou a desindustrialização doméstica norte-americana e começou a corroer lentamente a hegemonia dos EUA, seguindo o padrão histórico analisado por Arrighi (2013)¹. Ao priorizar lucros de curto prazo, em detrimento da segurança produtiva, os EUA estavam, voluntariamente, entregando as chaves de seu futuro industrial-tecnológico àquele que, mais tarde, viria a tornar-se seu maior rival geopolítico.

Quando, em 2015, a China lançou o “Made in China 2025”, revelando sua ambição de dominar globalmente a manufatura de alta tecnologia, a teia de dependência já estava tecida. Os americanos, enredados em sua própria arquitetura econômica, viram-se em uma posição de vulnerabilidade estratégica que limitava o crescimento e o desenvolvimento, concentrando renda e colocando em xeque sua hegemonia global. O mundo, então, testemunhou a ascensão econômica vigorosa da China, acompanhada da Rússia com sua influência decisiva no plano militar estratégico e a consolidação do Brics como um polo geopolítico articulador dos interesses das potências emergentes. É nesse contexto de deslocamento de poder que a guerra comercial iniciada pelo governo Trump deve ser compreendida.

O consenso hegemônico que outrora legitimava os Estados Unidos como árbitros do interesse global desfaz-se progressivamente. Em resposta, a estratégia norte-americana recua abertamente para um paradigma de dominância coercitiva, instrumentalizando tarifas e sanções não como meros mecanismos econômicos, mas como armas financeiras voltadas à imposição de subordinação política e à manutenção forçada de sua hegemonia em um mundo em transição. Essa virada ocorre precisamente no momento em que a China expande sua projeção de poder de forma irreversível no cenário geopolítico, acentuando a crise da ordem internacional liderada pela potência ocidental.

À primeira vista, o declínio da hegemonia americana pode parecer um contrassenso. Apesar da concorrência chinesa, o dólar ainda ancora o sistema financeiro global, o poderio militar norte-americano segue incontestável e centros de influência como Wall Street e o Vale do Silício continuam a ditar os rumos financeiros e tecnológicos ao mundo. Contudo, essa força dissimula vulnerabilidades profundas que revelam as fissuras nos alicerces de seu poder. Entre elas: a alta dependência estratégica da China em cadeias críticas de suprimentos; a participação relativa declinante no PIB mundial; a erosão contínua da indústria de transformação; a relação simbiótica e parasitária entre a financeirização extrema e o complexo industrial-militar²; mas sobretudo, o fenômeno mais crítico é o movimento gradual de desdolarização da economia global.

O alicerce que sustenta o poderio bélico americano e financia sua dívida monumental é, em última análise, a demanda internacional por dólares. E é esse pilar que começa



a tremer, revelando a fragilidade subjacente à potência hegemônica. Foi precisamente ao transformar o dólar em uma arma de guerra e coerção que os Estados Unidos desencadearam um efeito bumerangue. Ao expor a vulnerabilidade de todas as nações, Washington acelerou decisivamente a busca por alternativas fora de seu domínio. Essa fuga arquitetada do sistema tradicional se materializa em iniciativas concretas e cada vez mais eficientes.

A China e a Rússia desenvolveram seus próprios sistemas (CIPS e SPFS, respectivamente), criando canais paralelos ao Swift. Uma plataforma digital de pagamentos chinesa, conectada a uma dezena de países da Asean e seis do Oriente Médio, já é responsável por 38% do comércio global. Esse sistema processa transações em 7 segundos, contra 3 a 5 dias do Swift, e com taxas até 90% menores. Nações como Irã e Arábia Saudita já realizam vendas estratégicas de petróleo para a China diretamente em renminbi, contornando o petrodólar. E o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics avança na meta de conduzir 30% de seus financiamentos em moedas locais, contribuindo para a promoção de uma multipolaridade financeira³.

Esse movimento progressivo de desdolarização ameaça corroer a base material do poder americano. Sem o “privilégio exorbitante” de monetizar sua dívida junto ao resto do mundo, a capacidade de Washington bancar seu aparato militar e sustentar seu império entraria em colapso estrutural. É nesse cenário de caos sistêmico⁴ e reconfiguração de poder que a política tarifária de Trump emerge como mecanismo de coerção e desordem. No entanto, ao recorrer à imposição violenta



de sua vontade por meio de protecionismo agressivo, sanções unilaterais e demonstrações de poder bélico, sua administração alimenta um antiamericanismo que apenas corrobora e acelera a erosão hegemônica.

Donald Trump se elegeu alardeando a intenção de reindustrializar⁵ o país, ainda que, contraditoriamente, sem políticas industriais efetivas capazes de materializar tal promessa. Neste contexto, para além dos efeitos econômicos imediatos, as tarifas do governo Trump sobre o Brasil devem ser analisadas através da camada de complexidade adicionada pela disputa por matérias-primas estratégicas como condição fundamental à reestruturação industrial e tecnológica dos Estados Unidos. Inteligência artificial, robótica, sistemas cibernéticos, a transição para energias renováveis, as inovações das *Big Techs* e a produção de equipamentos de defesa de última geração compartilham uma mesma dependência fundamental para que possam ser materializadas: os recursos minerais críticos.

Neste sentido, a América do Sul, ao abrigar algumas das maiores reservas mundiais desses minerais (58% de lítio e 38% de cobre), além de petróleo e água, encontra-se no meio de uma batalha de gigantes. Os números revelam a importância do Brasil como um dos maiores protagonistas nesta disputa por matérias-primas estratégicas: o país é líder mundial em reservas globais de nióbio (94%), e possui a segunda maior reserva de terras raras (19%), atrás apenas da China, além de grafite (26%), minério de ferro (17%), manganês (14%), entre outros. As tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros, as sanções sobre o ministro Alexandre de Moraes e a ameaça contra Nicolás Maduro, na Venezuela, são exemplos de que os países sul-americanos estão no centro da disputa como áreas estratégicas sobre as quais os EUA, perdendo cada vez mais o espaço de influência para a China, buscam reafirmar seu controle.

Isso ficou evidente quando, uma semana antes das tarifas entrarem em vigor, o encarregado de negócios da embaixada americana, Gabriel Escobar, solicitou um encontro com representantes do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração)⁶, para manifestar interesse em terras raras, cobre e lítio brasileiro. Em um arroubo de “soberania eleitoral”, o presidente Lula reagiu: “ninguém põe a mão

nos nossos recursos”, ainda que a própria política de Estado, de todos os governos, incluindo Lula, seja a primeira “a estender o tapete vermelho”⁷ àqueles que levam embora as nossas riquezas, vide as privatizações do petróleo: o bloco Bumerangue⁸ e os da Margem Equatorial⁹ são bons exemplos recentes.

A questão principal é se o Brasil vai conseguir transformar essa reconfiguração geoeconômica em uma oportunidade capaz de promover um projeto nacional de desenvolvimento, que compartilhe prosperidade em uma transição ecológica justa e sustentável, colocando no centro o bem-estar da população e a proteção ambiental. Além da imperativa construção de estratégias coordenadas e de mecanismos de solidariedade efetiva entre as nações sul-americanas, o Brasil precisa mobilizar um projeto nacional que articule investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura logística e energética, tecnologias de ponta e qualificação especializada da mão de obra. Essas não são tarefas da iniciativa privada, mas ações próprias do Estado.

Tais esforços devem ser amparados por políticas industriais estratégicas, incentivos setoriais, segurança jurídica e marcos regulatórios robustos. O objetivo final precisa ser a formação de cadeias produtivas integradas e competitivas, capazes de agregar valor aos nossos recursos naturais – transformando minérios, biodiversidade e potencial energético em desenvolvimento tecnologicamente soberano e justiça socioambiental. Somente dessa forma será possível superar a condição secular de economia exportadora de *commodities*, historicamente refém de flutuações globais. Contudo, persistentes limitações internas ameaçam este projeto. A principal delas reside na orientação da política econômica do governo, que, ao priorizar políticas de ajustes fiscais em favor da financeirização, através de inalcançáveis metas de déficit zero, aprofunda um modelo de transferência de riquezas que resulta em reprimarização produtiva. Essa é a rota mais curta para nos manter no “calabouço” da dependência.

** É professora e pesquisadora nas áreas de Economia, Geopolítica, Gênero e Meio Ambiente. Integrante da diretoria executiva da Frente Ampla Democrática Socioambiental (Fads) e do Grupo de Pesquisas em Macroeconomia Ecológica (Gemaeco/UFPR). Foi membro da diretoria regional sudeste da Sociedade*

Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco). Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento (UEL) e doutoranda em Economia Política Mundial (UFABC).

1 Ver: Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*. Reimpressão Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2013.

2 Ver: Gentil, Denise Lobato. *Militarización Y Financiarización: La Economía Guiada Por La Máquina De Guerra*. Comité Ejecutivo, P. 41. Disponível em: <<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/250630/1/Recortes-V2-N1-Castellano.pdf#page=41>>

3 Ver: Gentil, D.L.; Maringoni, G. *Dólar – o centro da disputa pela hegemonia global*, Grupo de Estudos e Análises da América Latina Contemporânea (GEALC), 19/06/2025. Disponível em: <<https://gealc4.wordpress.com/2025/07/31/dolar-o-centro-da-disputa-pela-hegemonia-global/>>

4 Segundo Arrighi, as expansões financeiras historicamente funcionaram como motor propulsor das crises hegemônicas, catalisando sua transformação em colapsos definitivos. Esse processo expansionista desemboca no que se denomina “caos sistêmico”, caracterizado pela intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, pela exacerbação de tensões sociais e pelo surgimento de novos arranjos de poder. Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*, Reimpressão Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2013.

5 A participação da indústria de transformação no PIB norte-americano era de 16,1% em 1997. Em 2024 esse percentual havia caído para 10%. Ver: Bureau of Economic Analysis (BEA). Disponível em: <<https://www.bea.gov/>>

6 Ver: Ibram recebe Encarregado de Negócios norte-americano para tratar da missão brasileira aos EUA. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/ibram-recebe-encarregado-de-negocios-norte-americano-para-tratar-da-missao-brasileira-nos-eua/>

7 Ver: Angelo, M. “Lula sabe que todo mundo já ‘meteu a mão’ em nossos minerais estratégicos, inclusive com apoio do governo”, Observatório da Mineração, 25/07/2025. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/lula-sabe-que-todo-mundo-ja-meteu-a-mao-em-nossos-minerais-estrategicos-inclusive-com-apoio-do-governo/>>

8 Ver: “Leilão de petróleo que favoreceu BP é prejuízo para soberania nacional, afirma dirigente sindical”, Brasil de Fato, 04/08/2025. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2025/08/04/leilao-de-petroleo-que-favoreceu-bp-e-prejuizo-para-soberania-nacional-afirma-dirigente-sindical/>>

9 Ver: Gonçalves, J.R.J. “Petrobrás: A soberania vendida em lotes”, em Outras Palavras, 18/06/2025. Disponível em: <<https://outrapalavras.net/outrasmidias/petrobras-a-soberania-vendida-em-lotes/>>



CLIQUE E OUÇA



Tarifas, dólar e a unipolaridade americana

Luiz Martins de Melo*

■ Se as políticas comerciais em constante mudança do presidente dos EUA, Donald Trump, fossem realmente sobre fechar desequilíbrios econômicos ou aplicar alavancagem de mercado, o cronograma tarifário recentemente revelado refletiria essa lógica. Em vez disso, os números deixam claro que as tarifas visam a recompensar o alinhamento geopolítico e punir a independência.

Se as tarifas realmente visassem a reduzir os déficits comerciais, as taxas mais altas seriam impostas aos países onde o valor das importações excede em muito o valor das exportações, em relação ao tamanho da economia dos EUA. Por essa medida, as maiores lacunas bilaterais de comércio de mercadorias, excluindo a China, são com a União Europeia-UE (-0,85% do PIB dos EUA), México (-0,62%), Vietnã (-0,45%) e Japão (-0,25%).

Sob uma política orientada para reduzir o déficit comercial, essas economias estariam no topo das tarifas. Em vez disso, a UE enfrenta uma tarifa de apenas 15%, o México 25%, o Vietnã 20% e o Japão 15%. Enquanto isso, os países onde os EUA têm um superávit ou apenas um pequeno déficit foram atingidos por algumas das tarifas mais altas. As importações do Brasil, com as quais os EUA têm um pequeno superávit de +0,03%, enfrentam uma taxa de 50% – a mais alta de qualquer país.

Se as tarifas fossem sobre alavancagem, exporta muito e importa pouco, a lógica seria diferente. Aqui, a questão não é a quem os EUA devem mais, mas sim quem mais depende do mercado americano. Um país que vende uma grande parte de seu PIB para os EUA e compra muito pouco dos Estados Unidos, em termos relativos, está em uma posição de barganha fraca. Por essa medida, aqueles com as maiores lacunas de dependência seriam cobrados com as taxas mais

altas. Isso colocaria o Vietnã (que gera 32% de seu PIB com exportações para os EUA), Guiana (31%), Camboja (30%), México (28%) e Nicarágua (26%) diretamente como alvos.

No entanto, com exceção do México, que enfrenta uma tarifa de 25%, todos esses países enfrentam taxas de 20% ou menos. E as taxas mais altas foram atribuídas a países menos dependentes: Brasil (2% do PIB das vendas nos EUA) e Índia (2,5%).

Nem os déficits nem a alavancagem explicam esses números. Em vez disso, eles fazem mais sentido quando vistos pelas lentes da política. A Casa Branca de Trump está recompensando o alinhamento, punindo a independência e visando setores ligados a rivais estratégicos. A União Europeia-UE evitou um aumento mais acentuado depois de concordar em cooperar nos controles de exportação e no compartilhamento de dados. A Austrália garantiu a taxa básica de 10% depois de aprofundar seus laços de defesa com os EUA. A taxa do Japão aumentou, mas ficou abaixo do máximo depois de alinhar a política de semicondutores com os objetivos dos EUA.

Usar tarifas para recompensar o cumprimento das metas dos EUA e penalizar a autonomia é uma ruptura acentuada com o sistema baseado em regras que prevaleceu até agora. Embora os presidentes dos EUA Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama também tenham vinculado o comércio a objetivos de segurança, eles o fizeram por meio de acordos formais e acordos multilaterais, o que preservava a institucionalidade do sistema unipolar disfarçado de multipolar.

Com Trump, o acesso ao mercado dos EUA tornou-se um privilégio condicional, revogável e usado para policiar o alinhamento político. Essa abordagem pode render vitórias de curto prazo. Mas corre o risco de enfraquecer as alianças e instituições que ampliaram o poder econômico dos EUA por décadas. A tabela tarifária não é um plano econômico. É



um jogo político das prioridades estratégicas do atual governo americano.

O projeto dos EUA de promover o livre comércio global já havia sido abandonado na época da eleição de 2016, quando Donald Trump e Hillary Clinton fizeram campanha contra a Parceria Transpacífica. Trump então impôs tarifas sobre produtos da China e de outros países, e muitas delas foram mantidas ou estendidas pelo presidente Joe Biden. Uma das políticas de assinatura de Biden, a Lei de Redução da Inflação, foi uma tentativa de promover a reindustrialização dos EUA em setores verdes, que, além de protegidos pelas tarifas de Trump, seriam subsidiados. A última onda de tarifas de Trump também pretende impulsionar a reindustrialização mais intensiva em carbono. Assim, o livre comércio parece estar fora do cardápio tanto para republicanos quanto para democratas.

A razão para essa adoção bipartidária de políticas protecionistas diz respeito ao papel global do dólar na promoção de desequilíbrios comerciais estruturais. Os países, deixados à sua própria sorte, preferem ser exportadores líquidos do que importadores líquidos. Os exportadores líquidos de hoje ganham dólares que suas próprias economias não podem absorver, porque isso aumentaria os salários e preços domésticos, prejudicando sua competitividade. Os dólares ganhos são passivos para os bancos locais, e a maneira mais fácil de transformá-los em ativos é comprar dívida do governo dos EUA, efetivamente devolvendo o dinheiro aos Estados Unidos para que possam continuar a comprar exportações.

Assim, nos últimos 40 anos, os EUA importaram praticamente tudo o que quiseram, emitindo IOUs digitais que pagam juros de 2% sem nunca serem resgatados, porque os *T-bills* são o mesmo veículo de poupança dos exportadores. Isso significa, entre outras coisas, que os EUA não têm restrição em conta corrente. Esse é o exorbitante privilégio do dólar.

Por que os EUA querem acabar com esse estado de coisas aparentemente mágico? Os países que são exportadores líquidos acumulam enormes superávits ao preço

de reduzir o investimento doméstico e os salários locais, o que deprime suas economias, enquanto os EUA “se beneficiam” de produtos estrangeiros baratos ilimitados, mas ao preço de esvaziar sua própria capacidade industrial. Dados esses efeitos de longo prazo, figuras importantes em ambos os partidos dos EUA passaram a considerar o “privilégio exorbitante” do dólar como um fardo exorbitante. Ambas as partes querem “reequilibrar” a economia dos EUA promovendo a produção doméstica, o que implica um ajuste forçado dos exportadores estrangeiros para reduzir sua demanda por dólares.

Por que eles simplesmente não saem e dizem isso? Provavelmente porque falar em “ser roubado” por outros países é mais convincente para a base do que argumentos sobre os pontos mais delicados da política comercial. Além disso, o fato de o governo Trump não ter um plano abrangente para reequilibrar a ordem global não significa que tal reordenamento já não esteja acontecendo.

Acabar com o sistema atual será massivamente perturbador, sem dúvida, e a perspectiva de reindustrialização dos EUA pode ser ilusória. O “reequilíbrio” começou antes de Trump entrar em cena e está sendo impulsionado por forças que podem durar mais que ele.

No Brasil, a grande novidade na política brasileira foi a entrada em cena do governo americano de Donald Trump. A oposição bolsonarista deixou sua condição de protagonista e se tornou coadjuvante. Passou a elogiar as sanções americanas como se fossem um benefício para o Brasil, que estaria sob um governo autoritário, corrupto e censurando a livre opinião das pessoas nas redes sociais. O bolsonarismo encontrou um *big brother* para defendê-lo na briga política e cria a



narrativa que assim está defendendo o Brasil.

O resultado disso é que o problema da soberania nacional se tornou decisivo. A intervenção de Trump surtiu o efeito oposto. A intromissão americana no Brasil é rejeitada pela maioria. E fortaleceu o governo Lula.

Porém, esse efeito positivo no curto prazo não deve fazer o governo relaxar e assumir uma postura de vencedor por antecipação da luta política. É necessário e urgente que aproveite essa conjuntura favorável para aprovar a lei da isenção do imposto de renda até cinco salários mínimos e a extinção da jornada de trabalho 6x1. É fundamental também lançar as bases para o investimento em modernização da infraestrutura digital, redes de alta velocidade, satélites e *data centers*. Para isso, será decisivo o rompimento com a convenção do “Consenso de Washington” de ajuste fiscal e altas taxas de juros para atrair capitais voláteis e valorizar o câmbio como centro da política macroeconômica.

Todo cuidado é pouco. Estamos na lista dos não confiáveis de Trump. A guerra híbrida contra o Brasil já começou. Estamos no Brics, alvo central dos EUA, que é o país mais poderoso do mundo em ferrenha luta para se manter na liderança. O poder militar americano e o exorbitante privilégio do dólar são armas de grande poder destrutivo.

** É economista e professor aposentado do IE/UFRJ.*

A Doutrina Monroe e o “corolário Trump”

Rita Coitinho*

■ Do pós-guerra aos anos recentes, os Estados Unidos estiveram à frente de todo o conjunto de instituições que moldam a ordem internacional. Dentre os pilares desse sistema estão o dólar, como sustentáculo de toda a arquitetura financeira global e instrumento fundamental da “liberdade de comércio” e as instituições multilaterais. Para além do comércio e do sistema financeiro, os EUA garantem o principal sistema de geolocalização (o GPS) utilizado nos transportes em todo o planeta. Não é exagero dizer que, para o bem ou para o mal, os EUA desempenham, até aqui, o papel de fiador da ordem internacional existente, e um dos seus eixos é o comércio e a circulação de riquezas.

Essa posição central ocupada no cenário internacional vem, no entanto, sendo desafiada pela emergência de novas economias que, aos poucos, assumem papéis regionais ou – caso da China – globais. Essa ascensão de novos atores, contudo, não está completa. E contra ela dirigem-se as políticas de contenção adotadas pelas sucessivas administrações dos EUA. Uma das principais diretivas foi, por longo tempo, a contenção da Rússia, o bloqueio à sua aproximação com a Europa, o cerco às suas fronteiras por meio da expansão da Otan e até mesmo a preparação de um conflito militar. A contenção da China passa a ocupar o centro das atenções da política externa dos EUA nesse século, intensificando-se com o primeiro governo de Trump.

A segunda administração de Donald Trump, no entanto, parece ter decidido fazer o tempo andar mais depressa. A imposição unilateral de tarifas para quase todos os países do mundo fez mais do que interromper alguns dos fluxos comerciais: tornou mais urgente a busca de alternativas à hegemonia dos EUA. Junto com as tarifas unilaterais veio o desmoronamento da confiança nos Estados Unidos e em seu presidente. A reação: muitos países aceleraram processos de busca por novos parceiros e o redirecionamento de exportações. Também o tema das



alternativas ao dólar, ao menos nas trocas comerciais bilaterais, vem se destacando na agenda internacional.

A guerra tarifária, porém, é apenas uma das dimensões da política externa dos EUA sob o comando da ala mais “ideológica” do partido republicano. Junto com ela, anunciavam-se medidas para retomar o controle sobre a América Latina. Ao mesmo tempo, Trump faz movimentos que insinuam a busca de uma reaproximação com a Rússia a fim de reverter o processo de aliança estratégica entre esta e a China, o que não tem nenhuma chance de dar certo.

Para alguns analistas, estamos diante do retorno dos EUA ao protecionismo alfandegário e do redirecionamento dos esforços do Estado americano para a busca de um novo século de ouro, que compreenderia a retomada de indústria nacional, com a volta das grandes empresas ao solo americano. Fala-se em um novo isolacionismo, em referência à atitude que caracterizou os EUA entre sua independência e a Segunda Guerra Mundial. Mas será que a nova política alfandegária de fato anuncia um retorno dos Estados Unidos a uma posição de distanciamento do cenário mundial? Nesse artigo sustentamos que os acontecimentos em curso mostram que as medidas protecionistas vêm articuladas a um aprofundamento da política de potência cujos estertores re-

montam ao célebre anúncio de 1823 que ficou conhecido como Doutrina Monroe – e que depois ganhou um corolário intervencionista, proferido por Theodore Roosevelt.

Doutrina Monroe: da libertação da Europa ao intervencionismo¹

Os Estados Unidos da América constituíram-se, no século XIX, como o mais poderoso país do continente. Sua frota naval, à época, era ainda inferior à frota do Império do Brasil, mas sua economia extremamente dinâmica e mais diversificada logo suplantou a brasileira, muito dependente da monocultura do café. O famoso discurso de Monroe é de 1823 e refletia a preocupação dos EUA em afastar a influência da Santa Aliança no continente. No entanto, foi após o término da guerra civil, em 1865, que a ação continental dos EUA ganhou força, na medida em que a economia industrial do país se fortaleceu e novos mercados passaram a ser buscados. Três dogmas fundamentais orientavam a política exterior dos EUA: o isolacionismo; certo sentido missionário – fundamentado na doutrina do “destino manifesto” – e a “Doutrina Monroe”, que no final do século XIX ganhou um corolário, proferido por Theodore Roosevelt:

O mau proceder crônico, ou a impotência resultante de um relaxamento geral da sociedade civilizada, pode requerer em última instância, na América como em outras partes, a intervenção de algum país civilizado, e no Continente americano a adesão dos EUA à Doutrina Monroe pode obrigar esse país, por menos que o deseje, ao exercício de um poder policial internacional, em casos flagrantes de tais maus procedimentos ou impotência (ROOSEVELT, Theodore. *Apud CONNEL-SMITH*, 1982, pg. 72)

Assim, se a doutrina de Monroe sintetizava o isolacionismo em relação à Europa e o repúdio ao intervencionismo do velho continente, o corolário de “Ted” Roosevelt justificava a imposição unilateral das condições para a garantia dos negócios privados dos cidadãos estadunidenses no continen-



te, já então visto como extensão natural, ou mesmo “espaço vital” da sociedade americana, cujo destino manifesto seria o de “civilizar” outros povos. “A América para os americanos”, síntese da declaração do presidente Monroe, em 2 de dezembro de 1823, postulava a existência de um sistema que incluía a totalidade do hemisfério ocidental fora do controle europeu efetivo.

No entanto, os desdobramentos posteriores dessa doutrina consolidavam a noção de que a “não intervenção” nos assuntos da América não se aplicava quando a intervenção emanava dos EUA, mas sim reforçava seu “direito” a garantir os interesses privados de seus cidadãos no conjunto do continente. O periódico argentino *La Prensa* descreveu o Corolário Roosevelt como “a mais séria e ameaçadora declaração contra a integridade sul-americana emanada de Washington”. A questão do Canal do Panamá, cuja construção iniciada pelos franceses foi assumida pelos EUA em 1904, é exemplar. Os governos estadunidenses não apenas procuraram garantir para si o controle do canal, como financiaram diretamente uma guerra que serviu de justificativa à “independência” do Panamá em relação à Colômbia, ocorrida em 1903.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA ascenderam como superpotência e passaram a influenciar decisivamente a política e a economia em todo o hemisfério ocidental. Essa influência estava pautada não apenas no poderio militar, mas também na arquitetura de uma ordem política e econômica global apoiada nas instituições controladas pelos EUA, no dólar e na liberalização comercial da qual os próprios EUA eram os fiadores.

Durante os anos da Guerra Fria, a participação nesse sistema esteve vinculada ao alinhamento hemisférico. Entre os anos 1980 e fins de 1990, momento da redemocratização de muitos países do continente, a estratégia estadunidense fundamentou-se no domínio financeiro, por meio da promoção do neoliberalismo a partir das agências de fomento e dos regimes internacionais, que ganharam legitimidade por meio do apoio a novos governos “liberais” eleitos por sufrágio. O processo de reformulação do próprio sistema interamericano estabeleceu a democracia

representativa como única forma de governo legítima. No final dos anos 1990 e nos primeiros anos do novo milênio, na medida em que o empobrecimento das populações e a desindustrialização geraram uma onda de recusa ao modelo neoliberal, ocorreu na América Latina a eleição de governos de caráter popular. Em todo o continente, articulações “híbridas” lideradas pelos EUA visaram à derrubada desses governos eleitos pelo sistema de democracia representativa promovido pelos próprios americanos. Na Venezuela chegou-se ao ponto de sequestrar o presidente Hugo Chávez a fim de derrocar o seu governo, em 2002 – sem sucesso.

Declínio da hegemonia e um novo corolário

A política intervencionista dos EUA, iniciada na América Latina, manifesta-se em todo o globo. Em texto de 2006, Samir Amin dizia que a Doutrina Monroe nunca foi abandonada; foi, na verdade, estendida para o conjunto do globo. Guerras por procuração, financiamento a grupos armados e bloqueios econômicos são armas frequentemente usadas para destruir governos e nações inteiras, caso da Síria e da Líbia. Esse intervencionismo representa o pilar armado da hegemonia dos EUA. O outro pilar é a posição de fiador do sistema. Nos nossos dias, essa diretiva dos Estados Unidos de interferir unilateralmente e controlar o sistema financeiro global vem sendo contestada tanto pelos países, isoladamente, quanto pelas coalizões que foram sendo articuladas ao longo dessas primeiras décadas do século XXI.

A eleição de Donald Trump para seu segundo mandato deu-se em um quadro em que se observa o esgotamento das possibilidades de intervenção por meio dos organismos multilaterais de financiamento, como o FMI, especialmente após a crise de 2008, muito em razão da criação de alternativas pelas coalizações regionais ou inter-regionais, como os Brics, e da ascensão de novos atores com capacidade de investimento em infraestrutura, como a China, que também vem galgando a posição de principal parceiro comercial de grande parte dos países latino-americanos.

É nesse contexto de enfraquecimento relativo da posição dos EUA no mundo que se colocam as políticas de Donald Trump. A guerra tarifária busca mais do que o anunciado retorno de fábricas ao solo americano – algo que não pode ocorrer em poucos meses ou mesmo no período de um mandato presidencial. Trata-se de uma estratégia de drenagem acelerada de recursos a partir da celebração de acordos vantajosos obtidos após a chantagem – como já ocorreu com a Europa. Ao mesmo tempo, cria-se o ambiente conflituoso necessário à imposição da vontade do mais forte.

No atual contexto, a diretiva de Trump tem o impacto político daquela de Ted Roosevelt em seu tempo. O corolário de Trump para a doutrina Monroe, *America first*, significa que todos os recursos devem ser drenados para os EUA, mesmo que ao custo da ruína acelerada de todos os mecanismos criados por eles e que garantiam o livre comércio, do dólar ao GPS.

** É socióloga, com doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Urbano – pela UFSC, e autora de Entre duas Américas - EUA ou América Latina?*

1 O texto dessa seção é uma adaptação de nossa pesquisa publicada em 2019 pela editora Insular: Entre duas Américas: EUA ou América Latina?

Referências:

AMIN, Samir. Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo. In: Revista Novos Rumos, no45. São Paulo, UNESP, 2006. Encarte Especial. COITINHO, Rita M. Entre Duas Américas – Estados Unidos ou América Latina? Florianópolis: Insular, 2019. RODRIGUES, José Honório. Interesse Nacional e Política Externa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.





Juliane Furno



Marco Fernandes

A decadência do império norte-americano: sua arma é o ataque

Juliane Furno*
Marco Fernandes**

■ Quem busca racionalidade econômica, de política comercial, na decisão de Donald Trump de aplicar tarifas de 50% sobre as importações brasileiras, não vai encontrar. Os poucos parágrafos dedicados à questão comercial aparecem só no final da carta e estão recheados de inconsistências.

O Brasil acumula persistentes déficits comerciais com os Estados Unidos, o que significa que nós importamos muito mais mercadorias e serviços dos EUA do que vendemos para eles. Veja que o cenário brasileiro é o oposto do chinês, por exemplo: a China fornece muito mais mercadorias ao mercado do país norte-americano do que compra dele. Aliás, se Trump aplicasse para o Brasil os mesmos critérios que usou para taxar os outros países na primeira rodada do “tarifaço” – uma estranha equação entre quanto os EUA importam de um país e seu déficit –, chegaria a uma taxa negativa em relação ao Brasil, ou seja, nós é que deveríamos taxá-los em 8%.

A tão bradada expressão “fazer a América grande outra vez” sustenta-se no processo de desindustrialização estadunidense, que viu migrar a indústria de transformação para o leste asiático. Dessa forma, sobre taxar os produtos dessa região estimularia a decisão de levar a produção de volta para o território dos Estados Unidos.

Ocorre que a pauta exportadora do Brasil para os EUA é composta, majoritariamente, de bens primários e industriais de baixa complexidade. A esta altura, já está claro que Trump usa as tarifas para atacar a soberania do país, investindo contra o presidente Lula e o STF, em um cál-

culo que leva em contas as eleições presidenciais de 2026.

Mas tais ataques não repousam em questões subjetivas do presidente Donald Trump. É um erro atribuir essa ofensiva comercial, selada em generalização do uso de sanções, bloqueios e tarifas, ao mandato do republicano. Os EUA vivenciam uma crise do seu poder imperialista global e estão tensionados pela rivalidade que se acirra no sistema interestatal.

Notem que, nas regras do jogo da dominação dos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a China está ganhando proeminência e já ameaça o poder estadunidense no campo econômico, tecnológico e, agora, monetário. Ou seja, seria uma questão de tempo para os EUA serem superados ou, pelo menos, obrigados a compartilhar a hegemonia global. Portanto, era necessário virar a mesa e reconstruir uma nova ordem global, não mais assentada no livre comércio.

Atualmente, a economia dos países do bloco europeu está estagnada e a norte-americana segue em ritmo lento de crescimento. Em 2024, os EUA cresceram 2,8%, Reino Unido e França, 1,1% e a Alemanha viu seu PIB diminuir em 0,2%. Por outro lado, são os países dos Brics que lideram o crescimento global. Em 2024, Índia cresceu 7%, a Indonésia e a China 5%, a Rússia 4,3% o Brasil 3,4%.

O fortalecimento dos concorrentes dos EUA acendeu um sinal de alerta, e teve como resposta o espraiamento do sistema de sanções comerciais para além da periferia capitalista, alcançando países como China e Rússia e buscando obliterar quaisquer tentativas de ascensão de uma potência na Eurásia.

Por isso, o tarifaço geral de Trump não está descolado de outros ataques dos EUA ao sistema de livre comércio internacional. Em 2012, durante o governo do democrata Barack Obama, os EUA bloquearam as nomeações de novos juízes para o Supremo Tribunal de Comércio da Organização Mundial do Comércio.

A administração de Joe Biden não só manteve, como acrescentou, taxas adicionais sobre produtos chineses, como veículos elétricos, painéis solares e turbinas eólicas, encarecendo o custo da transição energética nos EUA. Biden também aumentou as restrições ao acesso da China aos chips mais avançados. Já no governo Trump, houve um recrudescimento do sistema de sanções contra Cuba e Venezuela mantidos no governo democrata. Portanto, essas medidas não podem ser compreendidas como “pontuais” ou do “maluco” do Trump, mas como necessárias em um período de ameaça do poder global dos EUA.

Na dinâmica interna, o anúncio da majoração sobre as tarifas comerciais tem apoio explícito de uma fração da burguesia estadunidense, as empresas não transnacionalizadas, que poderão abocanhar parte do mercado interno fortalecendo bens antes importados. Por outro lado, as *big techs* – outra fração da burguesia que dá total apoio à Trump – têm interesse em melhor se posicionarem na acirrada competição tecnológica com a China, especialmente com sanções e restrições no setor de alta tecnologia.

O setor prejudicado, as grandes empresas multinacionais, seria compensado com outra medida importante anunciada no mesmo dia, a redução substancial de impostos domésticos. Trump, nesse sentido, se filia a um neomercantilismo moderno, típico do século 19, em que o déficit comercial é coberto por tarifas de importação. No fundo, ele age como um Robin Hood às avessas: os pobres e a classe média pagam a conta dos aumentos de preços domésticos, enquanto as grandes empresas se beneficiam pagando menos imposto.

Esse anúncio fere de morte dois sustentáculos do êxito recente da economia americana.

O primeiro deles é o sistema multilateral de comércio, erigido sob a liderança dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, quando houve a instituição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a liberalização comercial que daria espaço ao surgimento da Organização Mundial do Comércio, a OMC. Esse sistema foi extremamente benéfico aos EUA por quase 70 anos, até a crise econômica internacional de 2008.

O segundo pilar é o da globalização, que – curiosamente – iniciou com a ação unilateral dos EUA reduzindo as tarifas comerciais e forçando os demais países a caminharem no mesmo sentido.

O país norte-americano já vivenciou um período de ameaça do seu poder imperialista na década de 1970. Nesse período, seu poder imperial foi questionado em três flancos: no econômico, com a superioridade da grande indústria japonesa e alemã em relação à dos EUA; no militar, com a derrota da guerra do Vietnã; e no monetário, com a articulação internacional de diversos países desenvolvidos para substituir o dólar como moeda reserva internacional, adotando uma cesta diversa de outras moedas nacionais.

Em 1979, cresciam os questionamentos contra o dólar após o fim da paridade metálica com o ouro e as desvalorizações dessa moeda. Naquele momento, como hoje, o imperialismo dos EUA, quando se vê ameaçado, atua na ofensiva política, e não no campo defensivo. A resposta a tais eventos na década de 1970 foi elevar substancialmente a sua taxa básica de juros – que entre 1979 e 1981, passou de 11% a 20,5% –, enquadrando economicamente seus aliados, afirmando a hegemonia do dólar e causando uma grave recessão aos países do terceiro mundo, a famosa “crise da dívida”.

Estamos diante de um novo período de crise e questionamento da hegemonia dos Estados Unidos. Dessa vez, diferentemente da anterior, um mesmo país vocaliza o papel de rival econômico e político: a China. O país já superou o PIB dos EUA em paridade de poder de compra desde 2014 e desponta na liderança de inúmeros seto-

res de tecnologia. O próprio secretário de estado Marco Rubio, em janeiro de 2025, afirmou que a China é a maior “ameaça” aos EUA em toda a sua história, superando a URSS. Para efeito de comparação: em seu auge econômico em 1975, o PIB PPP da URSS chegou a equivaler a somente 58% dos EUA. Em 2024, o PIB chinês equivalia a 133% do PIB estadunidense.

No campo militar, os Estados Unidos também assistem o alvorecer de adversários, notadamente a Rússia – que hoje possui a tecnologia bélica mais avançada do mundo, como os mísseis hipersônicos Oreshnik, os quais nenhum sistema de defesa no mundo é capaz de parar – e a China, que tem anunciado inúmeras inovações em armamentos, além de possuir uma taxa de crescimento dos gastos militares muito maior que a dos EUA, ainda que, no acumulado, o país governado por Trump gaste muito mais.

Trump estaria forjando a unidade que faltava aos Brics?

As repetidas ameaças de Trump contra os Brics, desde sua campanha eleitoral até àquelas feitas no primeiro dia da cúpula do grupo no Rio, em julho de 2025, demonstram que Washington percebe o potencial desafiador que o grupo possui diante do enfraquecimento da hegemonia estadunidense. Com o aumento do uso de sanções pelos EUA nos últimos anos contra inúmeros países, a escalada do uso do dólar e do Swift como arma política, o confisco de reservas e ativos de países que desafiam Washington (Rússia, Venezuela, Afeganistão etc.), o avanço militar da Otan na Ucrânia e o apoio incondicional da Casa Branca ao genocídio dos palestinos em Gaza, fortaleceu-se, em cada vez mais países do Sul Global, a percepção de que os EUA vêm deixando de ser um parceiro confiável – ou mesmo desejável – e que alternativas precisam ser criadas. Não à toa, nos últimos dois anos, mais de 30 países se candidataram a ingressar no Brics, e duas expansões aconteceram – 2023 e 2024 –, aumentando de 5 para 10 os países-membros (a Arábia Saudita, convidada em 2023, ainda não



tomou uma decisão) e estabelecendo uma nova categoria, com 10 “países parceiros”.

No entanto, apesar do importante passo das expansões e algum avanço no Novo Banco de Desenvolvimento (o “banco do Brics”) desde que Dilma Rousseff assumiu sua presidência em março de 2013, os Brics ainda têm encontrado dificuldade de avançar em projetos concretos de cooperação política, diplomática e econômica, sobretudo nas áreas financeira e monetária – o que se tem chamado de “desdolarização” –, onde o debate está mais avançado. Há um desafio crucial: a expansão aumentou o poder de fogo do grupo, mas a regra de somente avançar por consenso tem travado projetos com potencial de começar a gestar a tão necessária nova arquitetura financeira e monetária mundial.

Mas eis que chega Donald Trump, com sua metralhadora giratória de tarifas e chantagens no melhor estilo Don Corleone (“Vou te fazer uma oferta que você não pode recusar”) e torna seu alvo, simultaneamente, nada menos que cinco países do

Brics: China, Brasil, África do Sul, Irã (militarmente) e, para surpresa de muitos, também a Índia, o país do grupo mais próximo dos EUA (que, ultimamente, vinha travando avanços na cooperação financeira).

Com tais ataques, Trump ameaça a soberania dos países e fere até mesmo orgulhos nacionais adormecidos. Sua incidência sobre os palcos nacionais da luta de classes enfraquece setores pró-EUA e anti-Brics, anti-China e/ou anti-Rússia, e fortalece aqueles que apostam na diversificação de parcerias econômicas e na aproximação com o Brics. Isso está acontecendo agora com Brasil, Índia e África do Sul, em um movimento semelhante ao ocorrido em distintas ondas de ataque do Ocidente à Rússia (2014, 2022) e à China (desde 2018), quando setores liberais e pró-Ocidente de ambos os países perderam força política para setores mais patrióticos.

Neste momento, há algumas importantes propostas sendo negociadas pelos países do Brics: 1) a criação de um novo sistema internacional de pagamentos (al-

ternativo ao Swift); 2) a revisão do Acordo Contingente de Reserva – um fundo alternativo ao FMI criado em 2014 –, que pode, finalmente, começar a ser utilizado; 3) uma companhia resseguradora do Brics, que criaria uma defesa contra as sanções ocidentais; 4) a bolsa de grãos (o grupo produz, em média, metade dos principais grãos do planeta), minando a hegemonia da Bolsa de Chicago, fortalecendo sua soberania alimentar e, potencialmente, desdolarizando este mercado (algo semelhante poderia ser aplicado às *commodities* de energia). Tais propostas vêm avançando durante a presidência brasileira este ano, mas ainda falta chegar a consensos. Todas elas ajudariam a minar a hegemonia do dólar e trariam benefícios concretos aos povos dos nossos países. Seria Trump a farsa que faltava para incendiar a pradaria?

** É professora da Faculdade de Economia da UFF.*

*** É membro do Conselho Popular do Brics, analista geopolítico do Brasil de Fato (Moscou) e editor da Revista Wenhua Zongheng Internacional.*

Tarifaço de Trump: uma cortina de fumaça?

Mirelli Malaguti*

■ Nas últimas quatro décadas, a desigualdade de riqueza aprofundou-se de forma acentuada nos EUA. A partir de 1978, o 1% mais rico do país viu seu patrimônio crescer até concentrar 35% da riqueza nacional. Ajustados pela inflação, os atuais 1% mais ricos acumulam um patrimônio 527% superior ao que possuíam em 1976, enquanto os rendimentos dos 50% mais pobres aumentaram apenas 30% no mesmo período. O ganho dos 0,01% mais ricos disparou quase 600%. Segundo o FED, em 2024, a metade mais rica das famílias dos EUA controlava 97,5% do total da riqueza nacional, enquanto a metade mais pobre tinha apenas 2,5%.

Entre 1970 e 2024, a inflação acumulada nos EUA foi de aproximadamente 708%, enquanto o salário mínimo nominal aumentou em cerca de 353%, resultando em uma redução significativa de seu poder de compra real. E não há aumento do salário mínimo desde 2009. Como consequência, um quarto da população tem dificuldade em cobrir despesas básicas, como alimentação e moradia. Entre famílias de baixa renda, esse índice supera 50%, e 10% dos lares relatam fome. Em 2024, 41,7 milhões de pessoas precisaram recorrer ao Programa de Assistência Nutricional Suplementar, ou seja, 12,3% da população. Nesse contexto Trump, o presidente dos ricos, traz um discurso para fazer a *America Great Again* com uma reindustrialização a ser alcançada por meio de tarifas alfandegárias.

Guerra tarifária

A ameaça tarifária é uma estratégia antiga e conhecida de Trump para tentar vantagens em negociações bilaterais. Em seu primeiro mandato, Trump começou a guerra comercial contra a China. Ele acusava Pequim de práticas desleais, como roubo de tecnologia e pressão sobre empresas ameri-

canas para ceder conhecimento sensível. Da mesma forma, também usou a ameaça de tarifas para renegociar com Canadá e México, resultando no Acordo EUA-México-Canadá (USMCA) em 2020. Em seu novo mandato, Trump vem ameaçando e impingindo uma guerra tarifária em todo o globo.

O caso do Brasil

Em julho, Donald Trump anunciou tarifas de 50% sobre os produtos produzidos no Brasil, elevando em cinco vezes a média anterior de 10%. O presidente dos EUA mistura alegações comerciais e políticas. O anúncio feito por uma carta pública difundida pelas redes sociais tem uma abertura política: justifica a elevação da tarifa sobre o Brasil em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, e afirma ser “uma vergonha internacional” o julgamento do ex-presidente brasileiro no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda alega que a decisão de aumentar a taxa foi tomada “em parte devido aos ataques insidiosos do Brasil contra eleições livres e à violação fundamental da liberdade de expressão dos americanos”. E justifica o tarifaço nos déficits dos EUA com o Brasil, devidos a políticas de proteção alfandegária brasileiras:

“Por favor, entenda que os 50% são muito menos do que seria necessário para termos igualdade de condições em nosso comércio com seu país. E é necessário ter isso para corrigir as graves injustiças do sistema atual. Como o senhor sabe, não haverá tarifa se o Brasil, ou empresas dentro do seu país, decidirem construir ou fabricar produtos dentro dos EUA e, de fato, faremos tudo o possível para aprovar rapidamente, de forma profissional e rotineira...”

A afirmação contradiz os dados: ano passado os EUA tiveram US\$ 7,4 bilhões de superávit com o Brasil e nos últimos 15 anos, esse valor total foi de R\$ 410 bilhões. Hoje o Brasil é o terceiro maior contribuidor para o resultado positivo dos EUA em suas transações com o exterior.



CLIQUE E OUÇA



As tarifas de fato

Embora tenha sido anunciado um aumento de 50% nas tarifas sobre produtos brasileiros, cerca de 700 itens ficaram de fora e permanecem sujeitos a uma tarifa de até 10%, definida pelos EUA em abril. Outros 19,5% das vendas seguem sob tarifas específicas, justificadas por motivos de segurança nacional. Entre esses, destacam-se autopeças e veículos de todos os países, que desde maio pagam 25% para entrar no mercado estadunidense.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o tarifaço “cheio” incide apenas em 35,1% das exportações brasileiras para os EUA, ou US\$ 14,5 bilhões das exportações. O MDIC calculou que 64,1% das nossas exportações, portanto, continuam concorrendo em condições semelhantes com os produtos de outros países, sendo 44,6% representando US\$ 18 bilhões e 19,5% com US\$ 7,9 bilhões.

Na lista das exceções estão suco de laranja, alumínio e derivados, combustíveis fósseis, fertilizantes, peças de aeronave e aeronaves. A indústria aeronáutica dos EUA possui forte integração com a brasileira. A Embraer destina aproximadamente 45% de suas aeronaves comerciais e 70% de seus jatos executivos ao mercado estadunidense. O exemplo da Embraer é emblemático pois ela produz aeronaves Phenom com 3.000 funcionários em

uma fábrica na Flórida. Outro exemplo é o suco de laranja: os EUA importam do Brasil 80% do suco que consomem. Assim, Trump decidiu não aplicar tarifas a vários bens que pudessem afetar negativamente sua cadeia produtiva e gerar aumento acentuado dos preços.

Os produtos brasileiros mais afetados pelas tarifas de 50% seriam o café, carne bovina, frutas e equipamentos de

construção civil. O setor cafeeiro brasileiro projeta grandes perdas, já que o país é o maior exportador de café para os EUA, respondendo por cerca de 35% do consumo estadunidense. Em 2024, os EUA importaram 16,7% do café brasileiro, totalizando US\$ 1,9 bilhão. Entretanto, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, sinalizou que o café pode ser incluído em futuras isenções tarifárias. A carne bovina, que já tinha uma tarifa de 26,4%, passou para 66,4%, e os frigoríficos brasileiros relataram perdas significativas e suspensão dos embarques para os EUA. Por um lado, projeta-se uma queda nas exportações de carne de quase 47%, mas os grandes frigoríficos já buscam redirecionar suas exportações para a Ásia e o Oriente Médio. Em agosto, o mercado mexicano já se tornou o segundo maior destino da carne bovina brasileira. Segundo a Abiec, 10.200 toneladas foram embarcadas para o México em agosto, ante 7.800 toneladas para os EUA e mais de 100.000 toneladas para a China.

Resultados de curto prazo

As exportações para os EUA, em agosto deste ano, pós-tarifaço de Donald Trump, caíram 18,5% na comparação com o mesmo período de 2024, somando US\$ 2,76 bilhões. Contudo, essa queda esteve mais ligada a produtos não afetados pelo tarifaço, como minério de ferro e aviões. A explicação para essa queda, portanto, estaria na anteci-

pação de exportações em julho, por conta da incerteza pré-tarifaço.

No total dos últimos 8 meses, a balança comercial brasileira registrou recorde em vendas para o exterior, de quase US\$ 228 bilhões em exportações, em relação à série histórica desse período, e acumulou saldo positivo de mais de US\$ 42,8 bilhões nesse período. Na balança do mês de agosto, as vendas ao exterior cresceram em torno de 4%, atingindo quase US\$ 30 bilhões. Já as importações desse mês somaram quase US\$ 24 bilhões, registrando saldo positivo mensal de pouco mais de US\$ 6 bilhões.

Reações do governo brasileiro

O Brasil tem trilhado um caminho institucional por meio de denúncia à OMC. O Presidente Lula manifestou sua disposição de dialogar e negociar com os EUA para resolver o conflito, embora mantenha sua posição de que as tarifas são “inaceitáveis”. A Câmara de Comércio Exterior do Brasil (CCEB) deve decidir sobre a aplicação de medidas recíprocas, de acordo com uma nova lei de reciprocidade econômica.

Para mitigar os efeitos do tarifaço sob os produtores mais afetados, o presidente Lula lançou um pacote emergencial, com compras públicas, prioridade para produtos perecíveis, adiamento no pagamento de tributos e contribuições federais e incentivos para que empresas busquem novos mercados.

No plano econômico, a aplicação de tarifas recíprocas pelo Brasil poderá afetar sua própria cadeia produtiva e aumentar os preços internos, enquanto a busca por mercados alternativos tem sido a principal solução. Contudo, cálculos do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, revelam que o tarifaço afeta hoje apenas 3,3% das exportações brasileiras, que podem ser solucionadas com a abertura de novos mercados. Diante de tanto estardalhaço de Trump e dos reais efeitos sobre o comércio do Brasil com os EUA uma questão se coloca: Qual seria, portanto, o real objetivo de Trump com esse tarifaço?

** É professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

A tarifa de importações como instrumento de política externa de Trump: reflexões para o Brasil

Marta Castilho*
Kethelyn Ferreira**

■ A política comercial adotada no segundo Governo Trump tem sido um dos aspectos mais marcantes de seu mandato no plano internacional. Inserida em uma narrativa nacionalista e paralela às ações anti-imigração, a justificativa oficial para sua adoção reside na reativação econômica de regiões e de setores industriais nos Estados Unidos (EUA), visando a um aumento da renda e recuperação de empregos. Tais justificativas contrastam com a histórica posição liberal em termos de comércio dos EUA, se mostram irrealistas diante das perspectivas de geração de emprego associadas às novas tecnologias e, enfim, não são compatíveis com a inclusão de temas como a regulação da internet, o acesso a minerais críticos ou ainda questões políticas internas, como no caso do Brasil e da África do Sul.

Além de surpreendente, a política comercial de Trump – aliás, não apenas a comercial – tem se mostrado instável e volátil. Segundo Krugman (2025)¹, essas características têm consequências nefastas sobre as diversas economias, sendo até piores do que o próprio nível (elevado) da tarifa. Além disso, os anúncios das medidas são muitas vezes realizados de forma midiática e com informações confusas ou falsas – o anúncio da chamada tarifa “recíproca” no *Liberation Day* (2/4) foi

uma boa ilustração destes aspectos. Além das bizarrices do anúncio no dia 2, as tarifas foram pausadas logo em seguida. Segundo Trump, “as pessoas estavam ficando agitadas”² com o anúncio e a pausa daria tempo para os parceiros negociarem acordos comerciais com os EUA.

As medidas adotadas combinam tarifas que incidem sobre setores específicos com tarifas dirigidas a parceiros específicos. Atualmente, as tarifas setoriais incidem sobre produtos de aço e alumínio³ (50%), automobilístico (25%) e cobre (50%) provenientes da maior parte dos parceiros comerciais, tendo sido aplicadas à luz da Seção 232 sob a justificativa de segurança nacional. Quanto às tarifas específicas impostas aos países, elas partem de uma alíquota base de 10% e foram inicialmente acrescidas do que inicialmente se chamou de “tarifas recíprocas”, que deveriam refletir teoricamente o nível de proteção dos países, mas que refletiam, na realidade, o déficit comercial bilateral com os EUA.

As justificativas para as tarifas: bem além do comércio exterior

A tarifa imposta ao Brasil – alíquota de 40% adicionada à alíquota base de 10% – foi anunciada no dia 30/7 em carta enviada ao governo brasileiro expondo os diversos motivos para adoção de tais medidas. Elas citam fatores políticos revestidos de “respeito aos direi-



Marta Castilho



Kethelyn Ferreira



Tabela 1. Exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos, segundo grupos de produtos e tarifas anunciadas até o dia 26/08/2025, 2024 (US\$ Bilhões)

Grupos de Produtos	Tarifa adicional	"Valor (US\$ Bilhões)"	"Participação (%)"
Total		40,4	100,0
Aço e Alumínio	50%	7,5	18,5
Automóveis e suas partes	25%	0,6	1,5
Cobre	50%	0,3	0,7
Ordem Executiva do dia 30/07	40% + 10%	14,1	34,8
Excluídos da Ordem Executiva 30/07	10%	18,0	44,6

Nota: Pode haver pequenas diferenças de valor em virtude de diferenças das classificações a 8 dígitos dos EUA e do Brasil. Fonte: Elaboração Própria. Dados: Secex/MDIC; Pronunciamentos do Governo dos Estados Unidos.

tos humanos e ao direito de expressão” e fatores econômicos diversos, estes últimos presentes na investigação aberta contra o Brasil sob a Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. Outros fatores aparecem de forma não oficial em declarações de funcionários do governo norte-americano e do próprio Trump – como o interesse por minerais críticos e terras raras, por exemplo.

Os assuntos contidos na investigação da Seção 301, elencados a seguir, deixam clara que a motivação das restrições ao Brasil vai além da questão comercial:

1. Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico: neste ponto, se encontram acusações quanto ao uso do Pix e de outras regulamentações internas que favoreceriam empresas nacionais em detrimento de empresas norte-americanas.
2. Tarifas preferenciais consideradas injustas para as empresas norte-americanas.
3. Proteção da propriedade intelectual insuficiente, em particular, nos setores biofarmacêutico e de tecnologia. Aqui também entram as reclamações quanto à pirataria e o comércio ilegal.
4. Acesso restrito do etanol norte-americano no mercado brasileiro.
5. Desmatamento ilegal, que beneficiaria “injustamente” os produtores de soja concorrentes dos exportadores norte-

-americanos.

6. Interferência em ações anticorrupção e decisões judiciais. Aqui são questionadas em particular as medidas do STF contra as plataformas digitais, em virtude delas se negarem a respeitar a legislação brasileira.

Tarifa aplicada ao Brasil: impactos esperados

A tarifa que passou a ser aplicada ao Brasil a partir de agosto, apesar das numerosas exceções, figura entre as mais altas, com níveis semelhantes apenas à Índia e à China.

Ainda assim, o impacto das medidas até aqui adotadas deve ser moderado em termos agregados, ainda que possam ser relevantes para setores e regiões específicas, notadamente aqueles mais dependentes das exportações para os EUA e com dificuldade de diversificar rapidamente os destinos das vendas.

Em primeiro lugar, o peso das exportações para a economia brasileiras é relativamente baixo (16% em 2024). Nelas, a participação dos EUA é de 12% (2024), porém, ela vem se reduzindo bastante nas últimas décadas (Secex). Por estas razões, aliás, alguns estudos têm apontado para impactos relativamente limitados do tarifaço sobre a economia brasileira. Domingues et al (2025),⁴ por exemplo, apontam para um impacto negativo de 0,1% para o

PIB do Brasil, sem considerar as medidas públicas adotadas para a mitigação, como o Plano Brasil Soberano.

Em segundo lugar, vê-se a partir da tabela 1 que a alíquota de 50% aplicada exclusivamente ao Brasil afeta uma parte relativamente restrita das exportações – 35% das exportações, considerando-se a composição destas em 2024. Esses produtos enfrentariam cenário pior do que aqueles cuja tarifa elevada atinge o conjunto dos países fornecedores para os EUA: nos produtos em que somente o Brasil é taxado, nossos concorrentes se beneficiarão de uma margem referente ao diferencial das alíquotas. Os produtos siderúrgicos, por exemplo, enfrentam tarifa similar de 50%, porém, essa tarifa atinge todos os países exportadores desses produtos para os EUA. O mesmo ocorre com automóveis, cuja tarifa de 25% é aplicada à maioria dos parceiros, exceto alguns poucos que conseguiram introduzir tarifas mais baixas nos acordos assinados com os EUA. Sobre a grande maioria das exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos (44,6%) incide alíquota de 10%, a qual, por sua vez, está entre as menores tarifas recíprocas.

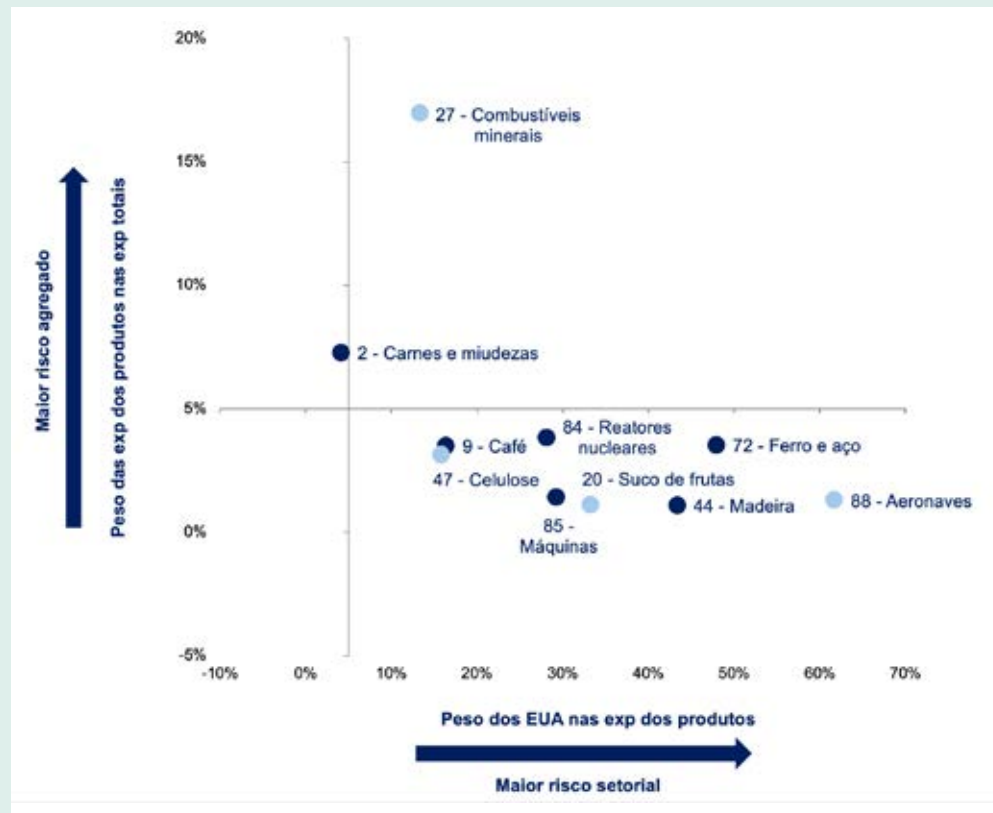
Para se ter uma noção da vulnerabilidade dos diferentes setores ao tarifaço, avaliamos os 10 principais grupos de produtos (definidos segundo os capítulos da NCM) exportados aos EUA segun-

do o seu peso nas exportações brasileiras e a dependência de cada um deles do mercado estadunidense (Figura 1). Adiciona-se, em seguida, a informação acerca dos principais destinos das exportações brasileiras destes produtos (Tabela 2). Estes 10 principais grupos de produtos (de um total de 96) representam 70,8% das exportações bilaterais destinadas aos EUA em 2024.

Deles, o único grupo de produtos com, simultaneamente, peso significativo nas exportações brasileiras totais (>5%) e forte dependência do mercado consumidor estadunidense (>5%) é Combustíveis minerais (NCM 27), que inclui, em sua grande maioria, petróleo. Estes produtos, não obstante, enfrentam uma tarifa de 10% (Figura 1). O setor de Carnes e miudezas comestíveis (NCM 2), por sua vez, possui um peso significativo nas exportações totais brasileiras e é atingido por uma tarifa de 50%. Não obstante, o peso dos EUA enquanto destino das exportações deste é baixo (4,1%). Mercados como a China (31,8%), Emirados Árabes (6,5%) e Japão (4,7%) são mais significativos enquanto fonte para escoamento dessa produção.

Os outros oito grupos de produtos possuem um peso inferior a 5% no total das exportações brasileiras, ainda que em geral os EUA sejam um mercado de destino importante. Nesses casos, o mais preocupante é o impacto sobre os produtos cujas tarifas anunciadas são 25% ou 50%. Aqui vale destacar os seguintes grupos de produtos: Ferro fundido, ferro e aço (NCM 72), Reatores nucleares, caldeiras e suas partes (NCM 84), Café, chá mate e especiarias (NCM 9), Madeira, carvão vegetal e obras de madeira (NCM 44) e Máquinas, aparelhos elétricos e suas partes (NCM 85). Para os produtos Aeronaves e suas partes (NCM 88), Preparações de frutas (suco de laranja) (NCM 20) e Pastas de madeira (celulose) (NCM 47), apesar da importância

Figura 1 – Vulnerabilidade da pauta exportadora brasileira para os EUA: 10 principais produtos exportados para os EUA, segundo peso nas exportações brasileiras totais e dependência dos EUA como destino de exportações, 2024



Nota: A cor refere-se ao nível das tarifas aplicadas (marcadores em azul marinho correspondem a produtos com tarifas de majoritariamente 25% ou 50% e em azul claro, tarifas de 10%). EXP = Exportações. Fonte: Elaboração Própria. Dados: SECEX/MDIC.

dos Estados Unidos enquanto mercado de destino, as tarifas anunciadas são relativamente baixas.

Preocupa, em particular, o fato de figurarem, dentre os grupos de produtos afetados, diversos produtos industriais, em particular, bens de capital de maior sofisticação tecnológica. Neste sentido, suspeita-se que o tarifação venha a contribuir para a regressividade da pauta exportadora brasileira.

Perspectivas

Apesar do cenário de incerteza que paira sobre o comércio internacional e sobre a relação de comércio bilateral Brasil-EUA, alguns caminhos suavizam

os possíveis malefícios para o Brasil. Em primeiro lugar, o governo federal lançou o Plano Brasil Soberano, voltado para dar suporte em termos de créditos e outras vantagens fiscais para os exportadores mais afetados, além de reforçar a diplomacia comercial em busca de novos mercados. Este plano pode dar um alívio de curto prazo, o tempo dos exportadores se ajustarem às novas condições. No horizonte de médio e longo prazo, o redirecionamento das exportações, o aproveitamento de aproximações já existentes com parceiros comerciais do Sul Global e o reforço do multilateralismo e da OMC parecem ser os caminhos mais adequados para redistribuir as exportações de



Tabela 2 - Principais destinos de exportação para os 10 principais produtos exportados aos Estados Unidos, 2024

Capítulo NCM	Descrição NCM	1o		2o		3o	
		País	País/Total (%)	País	País/Total (%)	País	País/Total (%)
27	Combustíveis minerais	China	36,1	EUA	13,4	Singapura	9,3
72	Ferro fundido, ferro e aço	EUA	47,9	China	10,7	Países Baixos	6,8
84	Reatores nucleares, caldeiras e suas partes	EUA	28,1	Argentina	10,9	México	9,2
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	EUA	61,7	Canadá	11,5	Espanha	4,7
09	Café, chá, mate e especiarias	EUA	16,4	Alemanha	15,5	Bélgica	9,3
47	Pastas de madeira (celulose)	China	43,6	EUA	15,8	Itália	8,8
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	EUA	43,3	México	8,7	China	4,9
85	Máquinas, aparelhos elétricos e suas partes	EUA	29,3	Argentina	14,5	México	5,5
20	Preparações de frutas (suco de laranja)	EUA	33,2	Bélgica	26,2	Países Baixos	22,4
02	Carnes e miudezas, comestíveis	China	31,8	EAU	6,5	Japão	4,7
Total		China	28,0	EUA	12,0	Argentina	4,1

Fonte: Elaboração Própria. Dados: SECEX. Nota: EAU = Emirados Árabes Unidos.

determinados setores e para fortalecer as decisões e regulações de comércio internacional que levem em conta os interesses dos diversos países.

Apesar dos possíveis empecilhos logísticos que possam impedir um redirecionamento a curto prazo, é importante lembrar que o Brasil se caracteriza por ter um perfil de comércio relativamente diversificado, se comparado com outros países de mesmo nível de desenvolvimento. Uma maior aproximação com os parceiros comerciais da América Latina é, para além da ameaça do “tarifaço”, uma oportunidade em termos de encurtamento das cadeias globais de valor. No caso de Reatores nucleares, caldeiras e suas partes e Máquinas, aparelhos elétricos e suas partes, dois dos bens mais sofisticados dentre os analisados aqui, a Argentina e o México são o segundo e terceiro maior destino das exportações brasileiras, por exemplo.

A intensificação da cooperação com os parceiros do Brics também se apresenta como uma alternativa, sobretudo em um momento de expansão do grupo. Dentre os 10 principais bens destinados aos Esta-

dos Unidos, a China encontra-se entre os três maiores parceiros comerciais do Brasil para cinco destes (Tabela 2).

Por fim, a conjuntura atual também deve acelerar a assinatura do Acordo de Livre-Comércio Mercosul-União Europeia. Apesar dos desafios associados à forma como o Acordo foi fechado,⁵ os países-membros da União Europeia são mercados de destino importantes para diversos produtos de exportação brasileiros.

Como falamos ao início do artigo, o tarifaço – em sua versão atual – não deve ter impactos agregados muito fortes sobre a economia brasileira. Além disso, os efeitos setoriais e regionais devem ser atenuados pelo apoio governamental e pelo redirecionamento das exportações para terceiros mercados. Porém, a volatilidade e a incerteza associadas à forma de atuação do governo Trump – em particular, no plano internacional – sugerem que, para além de um eventual escalonamento das tarifas, outras medidas restritivas podem ser adotadas contra o Brasil por razões bem diversas das comerciais. Nestes campos “não comerciais”, o fortalecimento das relações externas do Bra-

sil com terceiros países e seu apoio a fóruns multilaterais nos parecem também estratégias adequadas.

** É professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora do Grupo de Indústria e Competitividade.*

*** É doutoranda e professora substituta do Instituto de Economia da UFRJ e membro do Grupo de Indústria e Competitividade.*

1 KRUGMAN, P. (2025). *The Trump Tariffs Just Got Even Worse*. Paul Krugman. Disponível em: <https://paulkrugman.substack.com/p/the-trump-tariffs-just-got-even-worse>

2 Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-diz-que-anunciou-pausa-em-tarifas-porque-pessoas-estavam-agitadas/>

3 Foram anunciadas tarifas de 25% em fevereiro, 50% em junho e, posteriormente, em agosto, foram incluídos 407 novos itens na lista de produtos de aço e alumínio tarifados.

4 DOMINGUES, E.; COSTA, J.; MAGALHÃES, A. (2025). *Impactos das medidas tarifárias dos Estados Unidos: diversificação de comércio, impactos setoriais e regionais no Brasil*. Belo Horizonte: Nemea – Núcleo de Estudos em Modelagem Econômica e Ambiental Aplicada do Cedeplar-UFMG (Relatório de Pesquisa).

5 Para mais informações, ver CASTILHO, M; FERREIRA, K; BRAGA, J. (2025). *Reflexiones sobre los impactos del acuerdo Mercosur - Unión Europea*. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). ISBN 978-9915-9662-7-4.

Pedro Henrique Evangelista Duarte assina o 15º artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



Neoliberalismo, capital fictício e transformação tecnológica: rumo a um novo padrão de dependência

Pedro Henrique Evangelista Duarte*

■ Os debates acerca da dependência econômica e social da América Latina têm ganhado relevo ao longo dos últimos anos, fruto de um sistemático esforço para retomada do tema a partir da primeira década dos anos 2000. Mas o fato é que as abordagens tratadas pelas distintas correntes da Teoria da Dependência estão no cerne de diversas reflexões e contribuições teóricas realizadas ao longo dos últimos 70 anos, que, mesmo assumindo por vezes uma posição marginal no pensamento acadêmico e político, são incontestes na compreensão das dinâmicas que determinaram a consolidação do modo de produção capitalista na região.

Em sua vertente marxista, criada a partir de intensos debates e profundos estudos realizados por um grupo formado por Ruy Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, a compreensão central é que a dependência é o elemento estruturante das relações sociais que se constituem nos países peri-

féricos – no caso, tratando particularmente dos latino-americanos, objeto de estudo destes teóricos. O ponto fulcral da análise, então, era esmiuçar cada componente dessa formação social para observar as particularidades do capitalismo que aqui se consolidou e, a partir disso, compreender as formas de manifestação da dependência. É, por isso, como indicado por Marini, um capitalismo *sui generis*, pelas especificidades que assume frente à expansão do imperialismo a nível internacional, o qual encontra exatamente na renovação das relações de dependência os alicerces da continuidade do processo de reprodução do capital.

Nessa interpretação, portanto, entender o conjunto de elementos que caracterizam as economias e sociedades latino-americanas é entender o que é a dependência. O ponto de partida é o próprio conceito da categoria, que, para Marini (2000), refere-se a “(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção





das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Para Bamberger (1978), a dependência não seria meramente um fenômeno de relações internacionais e de intercâmbio comercial desfavorável aos países menos desenvolvidos, mas sim relações internas que configuram uma estrutura econômico-social cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subordinação, exploração e dominação imperialista – e cujas consequências se expressam na ordem política, e especificamente na incapacidade das burguesias nacionais de enfrentar o imperialismo e promover um desenvolvimento autônomo.

Tal conceituação parte da observação de fatos históricos concretos, e que se relacionam diretamente à forma como a região latino-americana foi inserida no comércio internacional – inicialmente, como região colonial, e num segundo momento como fornecedora de bens primários ou manufaturas baseadas em bens primários. A consolidação da situação de dependência deriva diretamente disso, uma vez sendo este o fator condicionante da deterioração dos termos de troca, do intercâmbio desigual, da transferência de valor e da cisão do ciclo do capital. Fato é que, no curso da história, a dependência assumiu distintas feições, em consonância com a etapa de desenvolvimento em que se encontravam os países periféricos. Para Theotonio dos Santos (2011), é possível distinguir 3 formas históricas da dependência. Na primeira, chamada de dependência colonial, o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra e do trabalho escravo, nas regiões colonizadas. A segunda, chamada dependência financeiro-comercial, se consolidou na dominação do grande capital nos centros hegemônicos e em sua expansão no estrangeiro, median-

te o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. A terceira forma – a dependência tecnológico-industrial – se consolida no pós-II Guerra, baseada no investimento de corporações multinacionais em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos.

A lógica proposta é, então, que as fases da dependência se alteram ao longo do processo histórico, em consonância com os padrões de acumulação, com o nível de desenvolvimento tecnológico e com a dinâmica da expansão do capital imperialista a nível internacional. Razão pela qual, a partir da década de 1970, se inicia uma nova fase.

Financeirização da economia e novo padrão de dependência

A partir da década de 1970, o modo de produção capitalista entra em uma nova fase, reconhecida na literatura econômica como “financeirização”. Trata-se de uma nova dinâmica da acumulação com prevalência do capital financeiro, que se expande por meio da criação, difusão e extensão dos instrumentos financeiros, que elevaram a outro patamar a capacidade de reprodução do capital – dessa vez, desarticulada da produção de mercadorias e fundada na valorização fictícia de capitais, que gradualmente se torna típica não apenas nos países com sistemas financeiros mais desenvolvidos e consolidados, mas passa a adentrar também as esferas periféricas da produção mundial. É, por isso, a fase onde opera o protagonismo do capital fictício que, nos termos de Marx (1974), corresponde uma autonomização das formas funcionais do capital, cuja remuneração é constituída por juros auferidos e por ganhos de capital obtidos no mercado financeiro, com a generalização do movimento especulativo do capital e sua predominância sobre o capital produtivo. A difusão dos mercados financeiros foi o recurso do capital à crise que se instaura nesta mesma década, no contexto de esgo-

tamento do padrão de produção vigente e de crise do Estado de bem-estar social.

Para os países periféricos, essa nova dinâmica do capitalismo a nível internacional vem acompanhada, já na década de 1980, pela generalização da globalização e das políticas neoliberais, cujo fundamento era a abertura das economias nacionais à penetração desses novos capitais em busca da valorização especulativa. A justificativa para a implementação desse novo arcabouço de políticas ganhava corpo nos discursos dos organismos internacionais que, frente ao esgotamento do modelo estruturado no processo de substituição de importações e no excessivo endividamento e engessamento estatal pelo longo período de prevalência de políticas de protecionismo comercial, repressão financeira e forte regulamentação dos mercados, indicavam a necessidade de reformas de cunho estrutural que incentivassem o funcionamento dos mercados com apoio na iniciativa privada, o que garantiria a retomada do crescimento econômico e da distribuição de renda. Para os países latino-americanos, o processo era precondição para a renegociação de suas dívidas e, por isso, elemento para garantir sua inserção no mundo globalizado. A internalização dos capitais seria o caminho para a ampliação dos investimentos e a modernização do parque industrial.

Na prática, o processo impunha uma intensa desregulamentação das economias, criando possibilidades para a livre atuação do capital fictício – que ocorreu, fundamentalmente, através de suas respectivas dívidas públicas – mas também pelo desmonte da estrutura do Estado, abrindo espaço para que o capital pudesse atuar em suas diversas frentes: não apenas valendo-se da especulação financeira e da extração de juros via endividamento público, mas também mediante novo reforço dos mecanismos da superexploração do trabalho.

Por isso são relevantes também, nesta fase, as transformações que se operaram nas



décadas precedentes nas relações produtivas, e que instituíram novas formas na relação capital-trabalho. Aqui, ganha relevância a difusão do método toyotista, com a criação de um sistema de produção via demanda, a conversão dos trabalhadores em recursos polivalentes, multitarefas e flexíveis, e a introdução de novas tecnologias que potencializam a expansão do exército industrial de reserva. Uma configuração que combina maior exploração do trabalho, tipos de trabalho mais instáveis e vulneráveis, menores níveis de remuneração e maior desemprego. O desenho ideal para o capital pudesse lançar as bases, na América Latina, de um novo padrão de dependência.

É nessas bases que se estabelece, a partir da década de 1990, um novo padrão de dependência – ou um “novo padrão de reprodução do capital” (Osório, 2004) – calcado no reforço do caráter primário-exportador da estrutura econômica latino-americana, porém articulado à estrutura mais geral da fase corrente do capitalismo, assentado no protagonismo do capital fictício, no processo de abertura externa, comercial e financeira, na agudização dos mecanismos de exploração e precarização do trabalho e na atuação do Estado como regulador e supervisor dos mercados. Em termos concretos, o que ocorre é um brutal movimento de abertura com alta exposição à competitividade internacional, resultando em um intenso processo de privatização, quando não de desindustrialização, abrindo espaço, à sua vez, à renovação do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de troca. Revitaliza-se, com isso, a espiral de endividamento descrita por Marini (2000), na qual recursos financeiros internacionais de curto prazo são continuamente acessados para cobrir déficits na balança comercial e de serviços, o que produz os mecanismos típicos da transferência de valor e da cisão do ciclo do capital – que, agora, não se fazem mais somente pela via comercial, mas também pelo financiamento do capital finan-

ceiro especulativo, via pagamento de juros e escalonamento da dívida externa. Esse é o caráter dessa nova fase, cuja característica central é o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da excessiva abertura econômica, da falta de controle da mobilidade de capitais e do tipo de inserção externa dos países latino-americanos.

Para Amaral e Duarte (2010), seriam 3 as principais consequências imediatas dessa dinâmica. Em primeiro lugar, a impossibilidade de um crescimento econômico que se sustente ao longo do tempo. Em segundo lugar, a ocorrência recorrente de crises econômicas, justamente como consequência do baixo nível de crescimento. E em terceiro lugar, a concentração da riqueza e a socialização da miséria, e a convivência, numa mesma unidade, destes dois polos opostos. Particularmente para os países dependentes, a predominância do capital fictício produziria, também, uma situação de intensa vulnerabilidade externa que se estabelece a partir da necessidade de atrair capitais para correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que complexifica o estrangulamento externo e os seus efeitos sobre a fragilidade das contas públicas.

Esses aspectos fazem com que a perda de autonomia das políticas nacionais ganhe caráter estrutural, mediante a forte restrição externa, os déficits em conta corrente e a necessidade de manter os juros elevados como forma de atrair mais capitais especulativos. O Estado, então, volta seus recursos para o cumprimento dos compromissos com esses capitais – solidificados na política de superávit primário –, reduzindo seu poder de atuação, especialmente em áreas que, via de regra, são de sua responsabilidade, resultando numa maior desestruturação social, num cenário propício à degradação das condições de trabalho.

Inserção externa passiva, baixo crescimento e desenvolvimento econômico, vul-

nerabilidade externa, restrição dos investimentos produtivos, distribuição regressiva da renda, constrangimento salarial e aumento da superexploração do trabalho, sujeição ao capital fictício e especulativo internacional: estes são os elementos que delineiam a nova fase da dependência que, se não são novos, ocorrem em patamares tão elevados que apenas reforçam aquilo que Marini havia destacado, ou seja, a dependência como um elementos estruturais do tecido econômico e social da América Latina.

Um futuro sem perspectivas – e bastante obscuro

A análise histórica dos padrões de dependência deixa clara a existência de uma relação imbricada e complexa entre o desenvolvimento tecnológico e o avanço dos mecanismos de reprodução do capital. Formalmente, a tecnologia cumpre um papel central na própria dinâmica do capital, dado ser elemento sempre presente na redefinição dos instrumentos que permitem ao sistema superar suas crises recorrentes. É, de modo irrefutável, o aspecto que eleva a outros padrões o nível de produtividade e a acumulação – e, por isso, o aspecto que igualmente reformula os padrões de exploração do capital imperialista a nível internacional e, no plano nacional, da superexploração do trabalho.

No curso da terceira década do século XXI, estamos passando por mais uma ruptura tecnológica, mediante a consolidação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e com o rápido avanço da inteligência artificial. As TICs têm sido objeto de um conjunto amplo de investigações, e já não há dúvidas sobre seu caráter. Por meio de um sistema assentado na lógica da autonomia dos trabalhadores – que passam a ter acesso a uma atividade na qual possuem liberdade de decidir quando, como e por quanto tempo trabalhar –, renovam os mecanismos de subjugação do trabalho, num sistema elaborado para afastar as res-

ponsabilidades do capital e implementar tipos de atividades caracterizadas por elevadas jornadas, instabilidade nos rendimentos, baixo nível de segurança e que tem resultado nos mais distintos tipos de adoecimento do trabalho. O capital se renova para recriar os mecanismos da acumulação, transferindo responsabilidades para o trabalhador e intensificando as formas de superexploração.

Se as TICs já mostraram sua feição, o universo em torno da inteligência artificial ainda é recoberto de dúvidas – e de hipóteses muito obscuras. Ainda no auge de

seu desenvolvimento, é difícil dizer quais serão seus efeitos, mas já é possível sugerir alguns impactos sobre o mundo do trabalho, especialmente por sua extrema capacidade de substituir atividades humanas. De pronto, uma gradual substituição de funções de média e alta qualificação por tecnologias, ampliando o desemprego em frações da classe trabalhadora cuja reinserção no mercado de trabalho, por seus níveis mais específicos de qualificação, pode ser mais complexa. Além disso, as possibilidades de elevação dos graus de exploração em alguns setores, como são os casos já relatados de trabalhadores em *big techs*. Por sua vez, no cenário internacional, não há o desenho de qualquer política de cooperação internacional que aponte para uma difusão de inovações que permita a redução dos diferentes níveis de heterogeneidade produtiva, ou ainda para a regulação do uso e aplicação desse novo arcabouço tecnológico. Nos planos internos, há pouco avanço em discussões sobre sua regulamentação.



E tudo isso num contexto de crise climática, com tecnologias com alto consumo energético, e que coloca diversos outros desafios para o setor produtivo e para a organização social.

Nesse cenário, é difícil dizer claramente para onde estamos indo. Mas levando em conta todos esses elementos, a perspectiva não é muito animadora. Talvez estejamos caminhando em direção a um novo padrão de acumulação e, por consequência, a um novo padrão de dependência – ou, ainda, à complexificação do atual, que se desenha com a maior submissão dos países periféricos e à redundância do trabalho. Independentemente do que seja, nada que nos permita vislumbrar uma sociedade mais autônoma, justa e igualitária.

* É professor adjunto do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenador do Núcleo de Estudos de Pesquisas em Trabalho, América Latina e Marxismo (Trama) e diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Referências

- AMARAL, M.; DUARTE, P. H. E. (2010). Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. *Leituras de Economia Política*, Campinas, (16): 111-138, jun. 2010.
- BAMBIRRA, V. (1978). *La teoría de la dependencia: una antítesis*. Material de formación política de la “Cátedra Che Guevara – Colectivo AMAUTA”.
- MARINI, R. M. (2000). Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas. Coleção A Outra Margem.
- MARX, K. (1974). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- OSORIO, J. (2004). *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. México: Grupo Editorial Miguel Ángel Porrúa.
- SANTOS, T. DOS. (2011). A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 30, outubro de 2011.